

CONJUNTURA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

"A Secretaria de Coordenação e Planejamento, através da Supervisão de Planejamento Global - SUPLAG, atenta às suas funções de, mediante análises, informes e pesquisas de caráter global, orientar e acompanhar o processo de desenvolvimento do Estado, lança esta publicação que será periódica e procederá, em cada número, à avaliação do comportamento sócioeconômico do Rio Grande do Sul.

"Deste modo, surge em um só periódico — "Indicadores Econômicos-RS" — conjunto de dados e informações relativos à economia rio-grandense, com o propósito de melhor orientar os setores privado e público, a docência e, inclusive, as relações intergovernamentais."

Texto extraído da Apresentação do 1º número da Revista, em janeiro de 1973, elaborado pelo então Secretário de Coordenação e Planejamento Carlos Veríssimo de Almeida Amaral.

A CONJUNTURA NOS ANOS 70

Volume I - Número 1 - Janeiro 1973

VISÃO GLOBAL DA ECONOMIA

A estrutura de renda do Estado, segundo dados de 1966, era a seguinte**:

Setor primário	37%;
Setor secundário	15%;
Setor terciário	48%.

Chama a atenção o bom desempenho do setor secundário, com a indústria de transformação registrando um aumento de 21,4% nos dez primeiros meses de 1972 comparado a igual período de 1971. No setor secundário dentre os quais os que mais cresceram, destacam-se os ramos da indústria mecânica, de material de transporte, da química de produtos de materiais plásticos. De comportamento menos favorável, acha-se o ramo da metal mecânica, que se reflete no indicador siderúrgico, produção de lingotes, aqui apresentado, que sofre redução na ordem de 6,6% durante o período de análise.

GOVERNO

Os dados referentes ao ICM e à compensação de cheques, provavelmente, refletem a situação da economia do Estado como um todo, que no ano de 1972 sofreu consideravelmente as conseqüências das intempéries.

Os impostos federais, que aumentaram em 21,4%, traduzem, pelo índice do I.P.I., a evolução da indústria e, através do imposto de renda, o comportamento da economia no ano de 1971.

COMÉRCIO EXTERNO

Como no restante do País, o ano de 1972 foi extremamente favorável no que tange às exportações, com um acréscimo de 69,4% nos primeiros dez meses de 1972, em relação a igual período de 1971. Destacam-se, finalmente, aqui as exportações da carne, soja e manufaturados, como os calçados.

Volume I - Número 2 - Março 1973

**VISÃO GLOBAL
DA ECONOMIA**

A equipe responsável por esta publicação continua no seu trabalho de aprimorar e diversificar os dados nela contidos. O conteúdo da revista foi ampliado, conseguindo-se incluir, entre outros, mais dois importantes indicadores físicos - cimento e petróleo.

GOVERNO

O ICM, como viga mestra da receita estadual, foi motivo de preocupação desde o início do presente governo. Foi iniciado, por isso, um intenso processo de aperfeiçoamento do sistema arrecadador.

Em 1972, o acréscimo do valor real - superior a 25 milhões de cruzeiros - verificado na arrecadação do ICM, com relação a 1971, poderia ter sido consideravelmente maior, não fossem as isenções concedidas para a exportação de diversos produtos, que apresentaram grandes mudanças quantitativas em suas exportações autorizadas.

Volume I - Número 3 - Maio 1973

**VISÃO GLOBAL
DA ECONOMIA**

Pretende-se apresentar, com assistência técnica tanto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como da Pontifícia Universidade Católica, a partir do exemplar número cinco, indicadores de vendas do comércio, de emprego, índices de quantidade e valor da produção industrial.

INDÚSTRIA

A implantação da Aços Finos Piratini S.A. (cujo volume de produção de sua primeira etapa - 110.000 t/ano de lingotes - deve ser apenas o primeiro passo de uma série de expansões) levará o nosso Estado a uma posição de destaque e de vanguarda na siderurgia nacional.

Volume I - Número 4 - Julho 1973

**VISÃO GLOBAL
DA ECONOMIA**

O acréscimo de 104,04 por cento das vendas ao exterior, autorizadas, é particularmente significativo pois o desenvolvimento da economia regional dá às exportações uma posição de destaque, visto que representam o resultado mais objetivo do complexo formado pelas atividades básicas. Os principais responsáveis por este incremento foram os produtos de origem vegetal que em apenas seis meses tiveram movimento, em valor, equivalente a todo o ano de 1972. O movimento bancário, por sua vez, evoluiu em 31,36 por cento através da compensação de cheques.

INDÚSTRIA

A análise dos dados sobre a indústria siderúrgica revela que a produção de lingotes e laminados - caracterizada por um alto poder de dispersão em dois sentidos já que gera demanda de recursos e oferta de produtos - teve um avanço de 24,55 e 34,64 por cento, respectivamente, nos primeiros seis meses deste ano, cotejada com o mesmo período em 1972.

GOVERNO

Paralelamente ao acréscimo da arrecadação do ICM, que atingiu 30,49 por cento, também o IPI teve um incremento digno de registro, ou seja, de 16,16 por cento.

Volume I - Número 5 - Setembro 1973

**VISÃO GLOBAL
DA ECONOMIA**

No período de 1960 a 1970 observou-se a permanência de uma acentuada vinculação do nosso parque industrial com o setor primário, que se expressa na predominância dos ramos tradicionais na produção industrial. O desenvolvimento de novos produtos e a utilização de novas tecnologias, no Rio Grande do Sul, não acompanhou, naquele período, o salto quantitativo e qualitativo dado no país pelos ramos industriais mais

dinâmicos. O crescimento destes ramos no Estado, então, deveu-se mais a iniciativas esporádicas e projetos específicos, como no caso da indústria química, do que em resposta a uma política integrada de desenvolvimento industrial que permitisse o desenvolvimento do setor industrial mais dinâmico como um todo.

INDÚSTRIA

De outro lado, foi também estimulada a aplicação de recursos privados na indústria gaúcha à esteira de investimentos vultosos e multiplicadores de oportunidades, como a Refinaria Alberto Pasqualini e a Aços Finos Piratini, implicando em inovações tecnológicas e num progresso considerável dos coeficientes de produtividade industrial.

Volume I - Número 6 - Novembro 1973

VISÃO GLOBAL DA ECONOMIA

Com este número dos "Indicadores Econômicos RS", completa-se o primeiro ano de esforços constantes para produzir uma publicação que centralizasse elementos e dados, de modo a permitir, de um lado, suprir as deficiências de informações com vistas ao planejamento econômico, e de outro, avaliar o desempenho conjuntural da economia regional.

Esta persistente dificuldade na redução da defasagem, aliada a atual "corrida do papel" - sintoma de uma crise mundial de escassez de matéria-prima - conduziu a uma modificação na periodicidade dos "IE-RS". A partir do próximo número, portanto, a edição passará de bimestral para trimestral.

Além desta modificação, várias outras estão sendo cogitadas para o Volume II dos "Indicadores Econômicos", especialmente no que se refere à introdução de comentários específicos para cada grupo de indicadores, objetivando chegar-se a análises conjunturais da economia de nosso Estado.

É oportuno o momento para se realizar mais um avanço qualitativo dos "IE-RS". A recente transformação da

Superintendência de Planejamento Global em Fundação de Economia e Estatística deverá repercutir favoravelmente sobre todos os trabalhos desenvolvidos nesta instituição, inclusive os "Indicadores Econômicos", pela maior flexibilidade e facilidade de contratação de novos técnicos para assessorar a pesquisa em áreas específicas, como por exemplo, a área financeira, onde as situações-problema se fazem sentir mais intensamente.

Volume II - Número 1 - Janeiro/Março 1974

VISÃO GLOBAL DA ECONOMIA

Temos a satisfação de divulgar um texto do economista Guilherme Socias Villela. Secretário de Estado Extraordinário, entitulado: "RS: O modelo Estado Exportador - Os fundamentos de uma nova sociedade".

Após um breve retrospecto histórico em que é lembrada a privilegiada posição de "Celeiro do País" assumida pelo Rio Grande do Sul por volta do início deste século, o texto apresenta a nova política de desenvolvimento baseada na melhoria da infra-estrutura, crescendo "em bloco", e voltando-se para a obtenção de maiores rendimentos e ganhos de produção.

GOVERNO

Análise da Economia do Rio Grande do Sul

A Fundação de Economia e Estatística propõe-se a elaborar a "Análise da Economia do Rio Grande do Sul" embasada na idéia de um trabalho científico que se caracterize por rigor e precisão, além de atender às necessidades de informação para a tomada de decisões. Este programa pretende descrever e interpretar o funcionamento do sistema econômico do Estado, definindo suas propriedades estruturais, identificando a origem setorial e espacial do produto e realçando os componentes responsáveis pela dinâmica do sistema.

Volume II - Número 2 - Abril/Junho 1974

**VISÃO GLOBAL
DA ECONOMIA**

O comportamento da compensação de cheques no Rio Grande do Sul e na Grande Porto Alegre faz lembrar o da arrecadação do ICM. No período de férias escolares há uma retração, quando comparado ao mês de dezembro, havendo um acréscimo sensível no mês de março devido a volta às atividades em geral. Também a época de início de inverno e da comercialização da soja são fatores que influenciam o comportamento da compensação de cheques. Na época da comercialização da soja, principalmente, esta influência se faz sentir mais acentuadamente devido à intensificação da velocidade de transações dos meios de pagamento.

**INFLAÇÃO E
CUSTO DE VIDA**

O Índice de Preços ao Consumidor fornecido pelo IEPE demonstra que de janeiro a junho de 1974 houve uma variação de 19% no custo de vida da classe de operários da indústria de transformação. Entretanto, considerando os últimos doze meses, o acréscimo no índice é de 31,8%. Esse aumento do custo de vida em Porto Alegre refletiu-se em todos os setores da economia.

O item Alimentação tem seu aumento principalmente explicado pela alta dos preços de carne e seus derivados, sendo que a carne bovina de primeira sem osso apresentou um acréscimo de 39,18% e a com osso 30,05%, assim como do arroz e do leite. Esses últimos apresentaram uma alta de 53,68% (arroz blue rose), 49,76% (arroz agulha) e 37,76%, para o leite natural.

INDÚSTRIA

A produção de lingotes e laminados não planos da Siderúrgica Rio-grandense nesses últimos três anos tem demonstrado haver por parte da empresa um planejamento, a longo prazo, em relação a quanto produzir. De fato, a produção de um mês para o outro não varia muito, se bem que mantém uma tendência a crescer.

A produção de lingotes e laminados do primeiro

semestre de 1974 representa, respectivamente, um aumento de 8,1% e 4,9% em relação ao mesmo período de 1973. Como a produção sempre se intensifica no segundo semestre de cada ano, havendo no primeiro uma certa redução do ritmo de produção, não é de surpreender que o total produzido nos meses de janeiro a junho de 1974 apresente, em relação a julho/dezembro de 1973, um decréscimo de 4,6% quanto a lingotes e 6,6% quanto a laminados não planos.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Nos meses de agosto, setembro e outubro de 1973, o setor de produção de aço e madeira, dois insumos básicos da construção, passou por uma fase de retração no mercado. O preço do aço, depois de um período de estabilidade, sofreu um aumento crescente a partir de agosto/setembro de 1973, só sendo regradada a sua alta no início desse ano. Já o preço da madeira de pinho começa a se estabilizar em setembro, se bem que a preços bem mais altos do que em janeiro de 1973 (Ver tabela 6.1).

GOVERNO

Quando se analisa a evolução da participação relativa do ICM na arrecadação total do Estado nos últimos anos, vê-se que ela tende a decrescer. De um lado, isso pode ser explicado pelas mudanças ocorridas nas alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias desde a Reforma Tributária de 1967. A partir do decreto número 20.635 de 30 de outubro de 1970 ficou determinado que as alíquotas seriam reduzidas em 0,5% em cada exercício financeiro. Dessa forma, para 1974, a alíquota referente a operações interestaduais e de exportação para o estrangeiro passou a ser de 13% e a de operações internas, de 15%. O ICM no Rio Grande do Sul é fundamentalmente determinado pelo comércio em geral e pela produção agrícola, variando a sua arrecadação de acordo com o período de comercialização do produto agrícola (soja, principalmente) e, dos meses de maior comércio varejista.

**COMÉRCIO
EXTERNO**

As exportações autorizadas nos três primeiros meses do ano não foram significativas. Nesse período, a exportação de carnes e derivados, do farelo de soja e da celulose foi relativamente mais baixa do que no ano anterior. No entanto, a partir de abril a exportação desses produtos, exceto da celulose, incrementou-se.

Volume II - Número 3 - Julho/Setembro 1974

**VISÃO GLOBAL
DA ECONOMIA**

A situação econômica internacional que se alterou abruptamente ao final de 1973, afetou profundamente tanto os países industrializados como os não industrializados. Dos países desenvolvidos vêm notícias dos perigos de uma recessão aliada a uma inflação crescente, e vários mecanismos vêm sendo acionados com o objetivo de amenizar, ou mesmo frear, a situação existente.

O Brasil não pôde deixar de sentir as influências desta situação econômica mundial e, de um modo geral, todos os setores da economia foram influenciados. Também no Rio Grande do Sul foram marcantes as conseqüências do aumento generalizado dos preços.

**INFLAÇÃO E
CUSTO DE VIDA**

O aumento do custo de vida e da inflação repercutiu nos setores da economia gaúcha. As influências não se dão somente em função do próprio aumento da inflação, mas, também, da política adotada, no início do ano, pelo governo com o objetivo de sustar sua alta crescente. No caso do comércio varejista, até setembro desse ano, devido à restrição ao crédito direto ao consumidor e da alta generalizada dos preços, houve uma retração nas vendas e redução potencial de capital de giro.

AGROPECUÁRIA

Enquanto os anos 71, 72 e 73 foram benéficos para o setor primário em todos os Estados brasileiros, o primeiro semestre de 1974 demonstra que o retorno do capital investido no setor vem decrescendo não só no Rio Grande do Sul. Analisando o índice de preços recebidos pelo

agricultor vê-se que nesses primeiros 6 meses de 1974 houve um acréscimo de 18,06%; entretanto, o do índice de preços pagos foi de 39,86%. Isso significa uma alta considerável do custo para o agricultor.

A agricultura brasileira, nos últimos anos, vinha se comportando de maneira satisfatória, não representando nenhum obstáculo para o crescimento da economia brasileira. Houve boas safras e aumento das exportações dos produtos de origem agropecuária. No entanto, a situação começa a mudar no ano de 1973. Inicia-se uma escassez de produtos básicos da alimentação: primeiro, carne; depois, leite, seguido do feijão, dos derivados do leite e arroz. Os preços sobem.

INDÚSTRIA

No que tange à produção no âmbito da siderurgia e do cimento, esta mantém-se num ritmo crescente (mesmo havendo algumas variações negativas), demonstrando que estes setores não foram prejudicados pela inflação. Infelizmente não se pode constatar se o crescimento verificado na siderurgia e no cimento também acontece na Indústria de Transformação, porque os dados não permitem comparação anual devido à mudança de amostra em janeiro.

GOVERNO

A redução da alíquota do IPI acarretará uma diminuição temporária da receita tributária. No entanto, segundo declaração do Ministro Mário Henrique Simonsen, isso não ocasionará repercussões maiores para o orçamento da União, porque esse vinha de um período de superavit, inclusive superior ao decréscimo que a redução do IPI trará.

Aliás, no que refere à arrecadação do IPI no Rio Grande do Sul, em valores reais, verifica-se uma situação superior a do ano passado, pois o período compreendido de janeiro a agosto desse ano, apresentou um crescimento de 20,1% em relação ao mesmo período de 1973. No entanto, o trimestre jun./ago. deste ano, quando comparado ao anterior, apresenta uma variação de -6,1.

**COMÉRCIO
EXTERNO**

O problema da soja que gerou uma alteração do período de comercialização, as restrições à importação por parte do Mercado Comum Europeu (MCE), a crise da carne e a não autorização da exportação do óleo de soja em função da escassez interna, foram fatores que pesaram no decréscimo de 16,3% das exportações autorizadas no Rio Grande do Sul no 1º semestre de 1974 relativamente ao 1º semestre de 1973. E ainda assim, há que considerar que está se trabalhando com valor (em dólar) não estando, então, isolado o efeito do aumento dos preços, os quais devem ter uma participação significativa.

Volume II - Número 4 - Outubro/Dezembro 1974

**VISÃO GLOBAL
DA ECONOMIA**

O período, como um todo, apresenta uma taxa média anual de crescimento acumulativo da ordem de 5,6%. Esta taxa reflete um aumento de 5,2% ao ano do primeiro ciclo, uma retração no segundo período, com o ritmo de crescimento caindo para 4,0%, e uma sensível recuperação no terceiro período, que apresenta a taxa de 8,7% ao ano.

A observação ao longo do tempo nos mostra que, nas diversas etapas, o Rio Grande do Sul sempre cresceu a taxas menores, tanto em relação à Região Sul como ao Brasil.

O grande salto quantitativo e qualitativo dado pelo setor dinâmico da indústria nacional no final do chamado período de substituição de importações não foi acompanhado pelo parque industrial gaúcho. Os estudos da economia rio-grandense têm procurado mostrar algumas das causas deste não aproveitamento dos estímulos primários dado ao grupo das indústrias produtoras de bens de consumo duráveis.

**INFLAÇÃO E
CUSTO DE VIDA**

O crescimento verificado no Índice Geral de Preços (disponibilidade interna) em 1974 foi de 34,51%, sendo que o item que mais contribuiu para essa alta, pelo seu maior peso na construção desse índice, foi Preços por Atacado.

O aumento do Custo de Vida em Porto Alegre foi de 28,72% em 1974, taxa superior a dos períodos anteriores. No entanto, se comparada a evolução do custo de vida em Porto Alegre com a das demais capitais brasileiras constata-se que a população porto-alegrense encontra-se em uma boa situação em relação às demais.

Neste mesmo período, apesar de ter sofrido um acréscimo em relação ao ano anterior, o Índice de Preços ao Consumidor, de Porto Alegre, situou-se a nível inferior ao da inflação brasileira, contrariamente à situação dos últimos anos.

AGROPECUÁRIA

A razão de paridade no Rio Grande do Sul decresceu em 18,52%, sendo esta situação semelhante nos demais Estados brasileiros. Isto foi causado principalmente pela elevação dos preços dos fertilizantes e implementos agrícolas, notadamente os primeiros. A elevação dos preços dos fertilizantes, produto em que o Brasil depende em cerca de 80% do exterior, foi consequência direta de três fatos importantes: o aumento na utilização desse insumo na agricultura brasileira; a suspensão, nos Estados Unidos, em outubro de 1973, do controle de preços e da restrição ao plantio de cereais; e, por último, o aumento do preço do petróleo.

Não se pode destacar, no entanto, o fato de que, a partir do desenvolvimento de culturas que exigem um certo grau de capitalização, o campo ressentiu-se do aumento do custo de capital na economia brasileira (juros, preços da terra, das máquinas, implementos agrícolas e insumos) gerado pelo esforço do crescimento a taxas de 10% ao ano.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Em 1974 construíam-se 961 733 m² na capital do Estado, 4,29% a mais do que no ano anterior. Pode-se perceber também que em 1974 a expansão do setor da Construção Civil em Porto Alegre foi maior do que no de 1973, quando a área total vistoriada cresceu a uma taxa de apenas 2,53%. É interessante observar também que no

último triênio, embora as construções residenciais tenham predominado no total da área vistoriada, sua participação tem decrescido em benefício das construções com objetivo comercial, que elevaram sua participação de 25,90% em 1972 para 27,89% em 1973, atingindo 31,20% em 1974.

Esta observação parece coerente com a situação geral do mercado imobiliário que se ressentiu da retração das vendas, principalmente de imóveis residenciais que se deparam com um mercado relativamente debilitado pela ascensão no nível geral de preços.

Nos dois últimos anos, tal situação tornou-se particularmente difícil, pois combinaram-se fortes pressões inflacionárias nos preços das matérias-primas e da mão-de-obra para o setor de construção civil, com acentuadas elevações nos preços ao consumidor.

COMÉRCIO EXTERNO

Observando os dados disponíveis de exportações autorizadas para o ano de 1974, verifica-se que o seu valor apresentou um decréscimo em relação a 1973.

Esse decréscimo representou uma reversão ao intenso crescimento observado nos anos anteriores: 88,22% - 1973 em relação a 1972 - e 77,02% - 1972 em relação a 1971.

A responsabilidade por esta retração, em relação aos anos anteriores, cabe principalmente à violenta diminuição sofrida pelas exportações de carne e a não repetição das condições favoráveis experimentadas pela exportação do soja em 1973. Outras causas podem ser encontradas nas políticas de restrição às importações e de proteção aos produtores internos que vem sendo adotadas por diversos países para enfrentar problemas nos seus balanços de pagamento, causados principalmente pela alta do preço do petróleo.

De uma forma geral, não só a nível estadual como a nível nacional, as exportações de produtos manufaturados foram menos atingidas pelas dificuldades, tendo crescido 11,5% em relação ao ano anterior.

**VISÃO GLOBAL
DA ECONOMIA**

A experiência histórica recente do desenvolvimento nacional tem demonstrado que uma retração ou uma aceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira atinge simultaneamente uma economia regional, cujo "grau de abertura" (entendido como a relação entre as exportações para o mercado nacional e a renda regional) para o mercado nacional é relativamente grande, como é o caso do RS. Em 1969, o grau de abertura do Rio Grande do Sul para o mercado nacional era de 28,4%, conforme dado da renda da FGV (Conjuntura Econômica) e exportações da FEE. Verifica-se isto tanto no período 1964-67, quando a economia brasileira passava por uma fase crítica e a economia gaúcha praticamente estagnava, como no período 1968-73, quando o Brasil e o RS atingem taxas de crescimento econômico bastante elevadas. A taxa anual de crescimento acumulativa da renda do Rio Grande do Sul e do Brasil no período 1964-67 foi de 2,7 e 2,8, respectivamente. No período 1968-73, entretanto, essa taxa atinge 8,7 para o Estado e 9,9 para o Brasil. O último dado refere-se ao período 1968-72.

**INFLAÇÃO E
CUSTO DE VIDA**

No início de 1975, procurou-se, através de determinadas medidas oficiais, modificar o quadro criado pelas restrições à expansão creditícia como mecanismo antiinflacionário, ocorrido em 1974, que limitou tanto as possibilidades de obtenção de capital de giro para as empresas como o crédito direto aos consumidores.

Além dessas modificações, o Governo passou a buscar maior racionalidade no controle de preços através do CIP e providenciou o rebaixamento da taxa de juros incidente sobre os empréstimos para as empresas.

Na atual conjuntura econômica nacional, em que o balanço de pagamentos deficitário tornou-se um dos pontos críticos do modelo de crescimento econômico adotado, o papel crescentemente significativo desempenhado pelo Rio

Grande do Sul como gerador de divisas para o país, em virtude do aumento de participação das exportações gaúchas no total das exportações brasileiras, torna-se ainda mais vital.

A ascensão generalizada dos preços dos produtos agrícolas, no decorrer do ano de 1974, tem como um dos fatores determinantes o encarecimento vertiginoso dos produtos da indústria química, dentre os quais adubos, fertilizantes e defensivos, que são insumos básicos para a atividade agrícola, tendo-se refletido esse aumento diretamente nos preços da produção do setor primário.

AGROPECUÁRIA

A relação entre o índice de preços recebidos pelos agricultores e o índice de preços pagos pelos insumos necessários à produção agrícola, no Rio Grande do Sul, vem apresentando um comportamento descendente.

Até fins de 1973, porém, a razão de paridade mantinha-se de forma ascendente. A justificativa deste último fato pode ser buscada, no considerável acréscimo dos preços pagos pelo agricultor, no aumento significativo dos preços agrícolas devido à escassez mundial de produtos alimentares e de matérias-primas e no desempenho modesto da agropecuária nacional. Convém lembrar que em 1973 foi o ano em que a soja gaúcha foi comercializada a preços realmente elevados no mercado internacional, beneficiando assim aos agricultores do Estado.

Os preços pagos pelos agricultores, por sua vez, cuja taxa média anual de crescimento, em 1974, é maior do que a de 1973, têm na crise do petróleo e no acelerado aumento do consumo de fertilizantes uma possível explicação.

A crise do petróleo, em especial, desencadeou acelerações nos preços de insumos tradicionalmente provenientes do mercado externo, tais como fertilizantes, defensivos, vacinas, medicamentos e combustíveis.

INDÚSTRIA

Dentro do setor secundário brasileiro, que apresentou uma taxa de crescimento em 1974 menor do que em 1973 (8,2% e 15%, respectivamente), a repercussão da desaceleração econômica refletiu-se primeiramente na indústria de transformação. A redução do ritmo de expansão desta indústria intensificada a partir do segundo semestre de 1974, vai-se refletir necessariamente de forma negativa sobre o desempenho do setor industrial gaúcho.

O setor industrial gaúcho apresenta como característica estrutural a predominância de pequenas e médias empresas e das de tipo tradicional, constituindo-se em um forte agravamento na atual conjuntura, em que os problemas de financiamento e realização da produção adquirem proporções maiores. Isto pode ser constatado através do percentual de participação dos tipos tradicionais e dinâmicos na formação do produto industrial. Segundo o IBGE (Censo Industrial; Rio Grande do Sul), em 1970, as indústrias de tipo tradicional participaram em 61,30%, enquanto que as de tipo dinâmico, em 38,70% no referido montante.

GOVERNO

A política governamental de redução gradual das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, posta em prática a partir de outubro de 1970, estabelece para 1975, em relação às operações internas e interestaduais, as alíquotas de 14,5% e 12%, respectivamente, mantendo 13% para as vendas ao exterior.

As novas alíquotas para este ano ocasionarão uma perda, para o Estado, de 150 milhões de cruzeiros, de acordo com declaração à imprensa de técnicos da Secretaria da Fazenda. Na mesma oportunidade, foi esclarecido que a diferença entre a alíquota interna e a interestadual faz parte de um programa global, estabelecido pela União, visando a permitir maiores ganhos aos chamados estados consumidores.

É interessante verificar que, em janeiro, o Rio Grande do Sul foi o segundo Estado que mais ICM arrecadou, sendo ultrapassado somente por São Paulo. Enquanto a arrecadação da Guanabara atingiu 66 milhões de cruzeiros (em valores reais), no Rio Grande do Sul o montante foi de 83 milhões de cruzeiros.

COMÉRCIO EXTERNO

O primeiro trimestre do ano passado, em particular, apresentou um montante de exportações autorizadas relativamente baixo. Os três primeiros meses de 1972 representaram 13,74% do valor autorizado anual. Em 1973, por sua vez, contribuíram com 13,38%, baixando para 9,75% em 1974.

O exame dos dados acima permite constatar que as exportações do primeiro trimestre de 1975 não apenas retomaram o nível de 1973, como ainda o superaram em 51,11%.

Este aumento significativo do montante exportado pode ser entendido como uma relativa recuperação do comércio externo gaúcho, afetado, como seria de esperar, pela situação econômica mundial desfavorável no ano de 1974. As exportações autorizadas de produtos de origem vegetal mais que triplicaram em relação aos três primeiros meses de 1974. Este foi o grupo que apresentou melhor performance na recuperação do valor exportado em relação a 1973, tendo alcançado uma taxa de 101,28%. A causa desse crescimento deveu-se principalmente aos altos licenciamentos para soja em grão, produto que não foi exportado nesses meses dos dois anos anteriores. No grupo dos produtos manufaturados, que tem apresentado um comportamento menos oscilante, houve um acréscimo de 82,68% em relação aos meses iniciais do ano passado.

Volume 3 - Número 2 - Abril/Junho 1975

de sua deflagração, o que explicou, em parte, a brusca elevação dos preços nacionais durante o 1º semestre de 1974, influência essa que vem exercendo, até hoje, em alguns setores, predominantemente. Deve-se considerar, entretanto, que essa crise apresentou uma relativa desaceleração no 1º semestre de 1975, refletindo uma diminuição no ritmo inflacionário internacional, o que, por sua vez, pode ser considerado um fator importante para justificar a queda na taxa de crescimento dos preços da economia brasileira.

Talvez, encaminhe-se por este lado, uma parte da explicação dada à queda do ritmo inflacionário do país, refletindo, por sua vez, a queda dos preços das matérias-primas no mercado internacional.

Através dos dados, pode-se constatar um decréscimo na variação dos preços da maioria dos grupos de consumo que compõem o índice. Apenas os itens habitação, vestuário, fumo e bebidas, e previdências e sindicalismo apresentam variações mais elevadas no 1º semestre de 1975 do que em igual período de 1974.

INFLAÇÃO E CUSTO DE VIDA

O item de maior peso na formação do índice é "Preços por Atacado", que apresentou um sensível decréscimo de 23,21% para 12,26%. A causa principal do observador, parece ter sido a redução do ritmo de crescimento dos preços das matérias-primas, item de maior peso no cálculo do Índice de Preços por Atacado, que passou de 20,72% no 1º semestre de 1974 para 11,69% no mesmo período do presente ano.

Deve-se considerar, aqui, que a sensível elevação dos preços no início do ano de 1974 refletiu, em grande parte, a descompressão do nível de inflação, quando os preços assumiram seu valor real no mercado (em 1973, tinha-se a chamada "inflação reprimida"). Já no 1º semestre de 1975, não houve este impacto de descompressão, dado que, no ano anterior, as variações dos índices de preços acompanharam a elevação real dos mesmos.

Efetuada uma comparação entre o 1º semestre de 1974 e o de 1975, volta-se a comprovar a redução no ritmo de elevação do nível dos preços na economia brasileira, referido anteriormente.

Essa redução pode ter como um dos fatores explicativos a tentativa governamental de controle gradual dos preços, que visa combinar, da melhor forma possível, medidas de contenção da inflação com possíveis efeitos depressivos ao nível da atividade econômica que essas medidas muitas vezes provocam.

AGROPECUÁRIA

A estrutura produtiva na agropecuária do Rio Grande do Sul apresenta três "segmentos" definidos pelo INCRA através de uma análise histórica e das modificações da estrutura produtiva: lavoura empresarial, agropecuária colonial e pecuária tradicional. O primeiro representou, em 1968, 33,4% do valor bruto de produção da agropecuária; o segundo, 55,3% e o terceiro, 11,3%. Em termos de área ocupada, o primeiro segmento ocupava, também em 1968, 9,5% da área utilizada pelo setor; o segundo, 21,8% e o terceiro, 68,7%.

Verificou-se entre 1940 e 1968 um aumento na participação dos dois primeiros segmentos, em termos de área cultivada. Este acréscimo ocorreu, principalmente, através da transferência de terras da pecuária para a lavoura, o que propiciou uma maior taxa de crescimento a este subsetor. Por outro lado, a lavoura empresarial apresentou-se como a mais dinâmica com uma taxa média de crescimento de 6,8% ao ano, entre 1940 e 1968, enquanto que a agropecuária colonial cresceu a uma taxa anual de 3,6% e a pecuária, de 1,1%, no mesmo período.

O primeiro semestre de 1975 caracteriza-se por um saldo na taxa de crescimento dos financiamentos à agropecuária em relação ao mesmo período do ano anterior. Comparando os primeiros seis meses de 1974 com os de 1973 observa-se um crescimento de 28,82%, enquanto que, ao cotejar o primeiro semestre de 1975 com o de 1974, essa taxa se eleva para 84,21%.

A explicação para este aumento significativo no montante de créditos destinados para o desenvolvimento pouco favorável da agropecuária do Rio Grande do Sul em períodos anteriores e, também, na crescente demanda externa por produtos alimentares.

INDÚSTRIA

A relativa desaceleração do crescimento econômico da indústria estadual, que o indicador disponível parece sugerir para o primeiro trimestre de 1975, adquire certa consistência ao confrontar-se com a conjuntura recessiva em que se encontram não só os países tradicionalmente nossos maiores importadores, como é o caso dos Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Holanda e outros, como também a própria economia brasileira.

Não é demais destacar que, em momentos conjunturais recessivos, não só retrações da demanda mas também, e às vezes sobretudo, o acirramento da concorrência interna e externa conduzem à desaceleração do crescimento da produção. No caso de uma **economia periférica** e predominantemente **exportadora**, tanto para o mercado nacional como internacional, como é a economia gaúcha, os fatores acima referidos adquirem ainda maior relevância. A contar pelo indicador disponível, pode-se afirmar que foi sobre o subsetor das indústrias dinâmicas que recaiu o peso maior da relativa retração da atividade produtiva da Indústria de Transformação gaúcha, que caracterizou o período em análise. O subsetor, como um todo, apresentou, tanto no primeiro como no segundo trimestre de 1975, taxas praticamente nulas de crescimento do consumo de energia elétrica.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Com clareza, a localização do "boom" da construção civil no primeiro semestre de 1974, quando a variação percentual do aumento do preço médio do metro quadrado construído foi de 34,52. A transferência de volumosos recursos, carreados através de poupanças populares para o setor financeiro habitacional, pode ser considerada uma

das causas fundamentais do referido "boom", elevando consideravelmente a demanda por construção. Esta situação causou uma escassez generalizada de insumos no setor, elevando seus preços e fazendo ainda com que o Rio Grande do Sul importasse cimento do Uruguai. A mão-de-obra, apesar de não qualificada, tornou-se insuficiente frente à nova situação, forçando inclusive o emprego de mulheres no setor e uma elevação relativa nos salários que, durante o ano de 1974, cresceram cerca de 40%.

Os elevados preços vigentes no mercado imobiliário a partir do primeiro semestre de 1974 levaram, certamente, a essa relativa retração da demanda nos períodos subseqüentes, dado que o poder aquisitivo médio da população não alcançou o ritmo intenso da inflação durante o ano.

COMÉRCIO EXTERNO

Através dos dados obtidos, verifica-se a elevada taxa de crescimento do valor das exportações autorizadas de produtos manufaturados que, entre o primeiro semestre de 1974 e o de 1975, assinalou 94,24%. Um dos principais itens responsáveis por essa elevada taxa é "calçados", cujo valor de exportação cresceu em 28,7% entre os dois períodos considerados. A nível nacional, a exportação de calçados apresenta boas perspectivas, apesar da retração do mercado norte-americano, que absorve cerca de 80% das exportações brasileiras do produto. Os produtores de calçados nos Estados Unidos reivindicam novas restrições à importação do produto, argumentando que os calçados importados do Brasil ainda competem em situação vantajosa com a produção interna daquele país, devido aos subsídios concedidos pelo Governo brasileiro.

No 1º semestre de 1975, as exportações brasileiras de calçados atingiram US\$ 66.738 mil, tendo crescido 14,24% em relação a igual período do ano anterior, conforme "Conjuntura Econômica" de agosto de 1975. É interessante ressaltar, aqui, que o Rio Grande do Sul contribuiu com aproximadamente 70% do valor total exportado pelo Brasil,

no período considerado, donde pode ser constatada a relevância da produção gaúcha dentro deste ramo. Talvez pela iminência de uma nova sobretaxa ao calçado brasileiro importado pelos Estados Unidos, talvez como medida de expansão das exportações brasileiras em geral, tem-se notado que a política de exportação dos calçados vem-se voltando para uma diversificação de mercados, incluindo projetos de relações comerciais nesse sentido como a União Soviética, Oriente Médio e Norte da África, bem como a participação em inúmeras feiras internacionais. Outro produto componente do grupo "manufaturados" que pode fornecer alguma explicação para a elevada taxa de crescimento verificada é o óleo de soja.

Volume III - Número 3 - Julho/Setembro 1975

VISÃO GLOBAL DA ECONOMIA

Observando-se a atuação dos diversos indicadores utilizados na presente análise, verificou-se um comportamento diferenciado entre eles, no decorrer do terceiro trimestre de 1975.

Enquanto que os créditos concedidos à agropecuária apresentaram taxas de crescimento positivas, assim como a arrecadação do ICM e IPI e o valor das exportações autorizadas, os demais indicadores comportaram-se de uma forma diversa. A indústria de transformação apresentou diminuição na taxa de crescimento do consumo de energia elétrica, enquanto que a taxa inflacionária brasileira novamente voltou a apresentar um aumento, assim como o custo de vida medido para a cidade de Porto Alegre. Uma ressalva deve ser feita no que diz respeito à construção civil na capital do Estado, que, após sofrer um relativo decréscimo no seu ritmo de crescimento durante o trimestre analisado, apresentou-se em franca recuperação, a contar pelo mês de setembro.

INFLAÇÃO E CUSTO DE VIDA

A "acidentalidade" é conceituada, como flutuação extrema de preços, geralmente no sentido de alta, devida a

causas fortuitas, porém de fácil identificação. Assim, estariam eliminadas do índice as influências sazonais e acidentais, restando apenas o aspecto puramente monetário da elevação dos preços. A instituição "correção monetária" passa a refletir, então, as variações nos preços causadas apenas por "fatores normais", sendo consideradas "anormais", por exemplo, as elevações causadas pelas geadas e pela alta internacional do preço do petróleo, constituindo-se a correção apenas num medidor da desvalorização da moeda nacional.

Assim, por exemplo, o IPA do mês de agosto registrou, pelo método até agora adotado, uma variação de 2,9%. Depurados, porém, os fenômenos de natureza fortuita, a elevação seria significativamente inferior, ou seja, de 1,4% apenas. O custo de vida na cidade de Porto Alegre, durante o terceiro trimestre de 1975, apresentou a variação mais elevada da lista, superando, inclusive, a taxa média de acréscimo de preços do Brasil, respectivamente 8,40% e 7,48%.

AGROPECUÁRIA

A agropecuária gaúcha, vista através dos créditos concedidos pelo Banco do Brasil S/A, apresenta no terceiro trimestre de 1975 um comportamento diferente do observado no primeiro semestre do ano. Enquanto o financiamento à pecuária cresceu mais que para a lavoura no primeiro semestre do ano, no período em foco o resultado é o contrário: os créditos concedidos à lavoura crescem mais que os créditos à pecuária. A participação dos financiamentos à pecuária, que era de 19,33% no primeiro semestre do ano, reduz-se para 6,57%, no 3º trimestre. Já para a lavoura, observa-se um incremento de 80,67% para 93,43%.

Dessa forma, verifica-se, de uma maneira bastante clara, que os financiamentos concedidos à lavoura acompanham os ciclos produtivos das três principais culturas gaúchas. Deve-se ainda destacar que, no trimestre examinado, aproximadamente 76% dos créditos

concedidos à lavoura são destinados para as culturas de arroz, trigo e soja a título de custeio de entressafra e garantia de preços mínimos.

INDÚSTRIA

Pode-se verificar a importância do grupo das indústrias tradicionais dentro do setor de transformação do Estado, dado que sua participação no valor da produção industrial em 1970 foi de 61,30%. Por outro lado, a sua participação no consumo industrial de energia elétrica foi de 41,46%. A análise conjunta desses dois dados vem a reafirmar uma das características das indústrias tradicionais, qual seja, o uso de tecnologia pouco sofisticada em seu processo produtivo.

As indústrias dinâmicas apresentaram um comportamento similar ao experimentado pelas indústrias tradicionais no trimestre em estudo, tendo-se verificado também taxas negativas de crescimento do consumo industrial de energia elétrica, apresentando o grupo como um todo um decréscimo de -7,47% em relação ao trimestre anterior.

O comportamento desfavorável, experimentado pela indústria metalúrgica, pode ser devido, em grande parte, aos problemas enfrentados pelo setor siderúrgico, que se encontra em dificuldades de colocar normalmente sua produção no mercado. Isto pode estar vinculado tanto ao atraso na execução dos projetos de obras públicas, como à redução do ritmo da construção civil.

A indústria química, por sua vez, é a que apresenta taxa mais elevada de crescimento das indústrias dinâmicas (12,96%), sendo o ramo responsável pela maior parcela da produção industrial (13,71%). Um dos fatores explicativos da oscilação conjuntural verificada poderia ser a grande expansão no consumo de defensivos agrícolas, corretivos do solo e fertilizantes.

Examinando o destino das vendas da indústria gaúcha, por gênero, identifica-se que as indústrias de Material Elétrico e de Comunicações, Mobiliário, Papel e Papelão,

Química e Têxtil concentram suas vendas exclusivamente no mercado nacional. O ramo que diversifica mais os seus mercados é o da Indústria de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos, pois 9,3% dos responsáveis pelas vendas atuam no mercado nacional; 20,2%, além do mercado nacional, na ALALC; 11,5% no mercado nacional e Estados Unidos; 30,6% no mercado nacional, Estados Unidos e outros países; 26,6% comercializam com o mercado estadual, Estados Unidos e outros países.

O grupo das indústrias tradicionais apresentou uma taxa negativa de crescimento (-1,06%) no consumo industrial de energia elétrica no 4º trimestre de 1975 em relação ao anterior. Ao contrário do comportamento menos favorável do setor tradicional da indústria gaúcha, no trimestre em análise, as indústrias dinâmicas tiveram um bom desempenho, apresentando uma taxa de crescimento no seu consumo industrial de energia elétrica da ordem de 16,63%.

CONSTRUÇÃO CIVIL

A redução no ritmo e no volume das edificações verificou-se de forma generalizada em todo o país e expandiu suas conseqüências a outros setores ligados à construção. As indústrias de materiais de construção, por exemplo, encontraram grandes dificuldades em vender seus produtos, dado o resfriamento do setor.

Esse fato foi verificado também no comportamento das indústrias de construção, madeira e móveis. No caso da capital paulista, por exemplo, o fórum recebeu 89 pedidos de falência entre janeiro e agosto de 1974, enquanto que em igual período de 1975, o número de indústrias afetadas elevou-se para 126. Também houve acréscimo na decretação de falências: de 12 no ano passado, elevaram-se para 20 este ano, no período acima citado.

Uma das explicações freqüentemente apontadas para o decréscimo no ritmo de construções é a elevação dos custos de insumos básicos (tijolos, cimento, madeira, aço).

GOVERNO

A arrecadação do principal imposto do Governo do Estado - ICM - apresentou, no terceiro trimestre de 1975, em confronto com o mesmo período de 1974, uma variação real positiva da ordem de 10,06%.

Através dos dados apresentados, verifica-se que sete Estados brasileiros participam com cerca de 90% do total da arrecadação nacional, sendo que São Paulo é responsável por quase metade desta arrecadação, com um montante de Cr\$ 18.968.019 mil, seguido pelo Rio de Janeiro, cuja arrecadação somou Cr\$ 5.011.705 mil. Estes dados revelam, de certa forma, que quanto maior for a sua participação na Renda Nacional, maior será a sua arrecadação e, conseqüentemente, mais significativa a sua parcela na distribuição do ICM.

Responsável por mais de 40% da arrecadação tributária federal através da rede bancária, o IPI pode ser considerado como um indicador reflexivo capaz de fornecer uma visão aproximada do desempenho do setor secundário.

Constata-se um acréscimo de 14,04% entre os trimestres considerados, sendo que as variações percentuais mensais foram positivas e negativas. Neste aspecto, salienta-se o mês de agosto de 1975 que apresentou um decréscimo de 40,45% com relação ao mesmo mês do ano anterior. Já em setembro, porém, houve uma excelente recuperação e o valor arrecadado foi suficientemente elevado para compensar a variação negativa do mês anterior e ainda constituir-se na maior arrecadação do trimestre em estudo.

**COMÉRCIO
EXTERNO**

Dentre os fatores explicativos da boa performance do setor calçadista gaúcho, pode ser citado o fato de os exportadores praticamente não se ressentirem com a sobretaxa mínima fixada pelos Estados Unidos, que absorvem parcela significativa do volume de calçados exportados. Isto porque as empresas responsáveis por cerca de 80% das exportações são atingidas apenas pela

sobretaxa de 4,8%, pois vendem para o mercado externo 40% ou mais de sua produção. É de salientar, porém, que no decorrer do ano de 1975 uma das grandes preocupações do setor foi a redução de sua dependência em relação aos Estados Unidos através da conquista de novos mercados consumidores. Contudo, esta tentativa representa um problema relativamente sério para os gaúchos, uma vez que as linhas de produtos dos fabricantes do Vale dos Sinos estão muito adaptadas às exigências dos importadores americanos, tanto quanto ao estilo, como quanto à qualidade, e os compradores europeus, por exemplo, preferem níveis de qualidade dos calçados superiores aos vendidos para aquele país.

Volume III - Número 4 - Outubro/Dezembro 1975

VISÃO GLOBAL

Ao analisar o quadro de relações econômicas internacionais, de uma maneira geral, pode-se constatar que os países desenvolvidos souberam transferir às nações mais pobres seus problemas de déficit nas relações comerciais com o resto do mundo. Um dos fatores que parece ter contribuído para isso foi a política levada a efeito por esses países, os quais adotaram severas medidas de restrição às importações, principalmente com relação a matérias-primas e semimanufaturados, produzidos em grande parte pelos países subdesenvolvidos.

Dentro desse quadro, o caso do Brasil é típico, tendo o déficit da Balança Comercial atingido 3.514 bilhões de dólares em 1975, agravado pelos 4.684 bilhões de dólares registrados no ano anterior. Esse desequilíbrio nas transações do Brasil com o resto do mundo veio a convencer as autoridades governamentais da dependência crônica da economia em relação aos países desenvolvidos, de uma forma geral (o que provam as medidas adotadas no final do ano para a contenção das importações), e, de uma forma específica, fez com que os responsáveis pela política econômica nacional fizessem referência a uma das

conhecidas fragilidades da indústria brasileira: que ela se apoia excessivamente na produção de bens de consumo duráveis, colocando-se, em segundo plano, a de máquinas e equipamentos.

Embora o desequilíbrio das transações econômicas externas do Brasil seja muito elevado e apresente dificuldades em ser absorvido nos próximos anos, as autoridades governamentais adotaram medidas, no decorrer do ano, que contiveram o agravamento do déficit.

As medidas específicas que visam a estimular as exportações prevêm a manutenção da política, em vigor desde 1968, de minidesvalorizações do cruzeiro, a expansão das linhas de crédito concedidas pelos bancos oficiais aos exportadores, a juros favorecidos, e a renovação dos incentivos fiscais, como o da isenção do Imposto de Renda sobre os lucros auferidos com as exportações.

INFLAÇÃO E CUSTO DE VIDA

A taxa inflacionária brasileira no ano de 1975 comportou-se de maneira relativamente melhor que no ano anterior, tendo sido registrado um aumento de 29,4%, contra 34,5% no ano de 1974, o que demonstra um certo resfriamento nas tensões altistas de preços, embora estejam ainda distantes as perspectivas de equilíbrio.

Segundo informações da FGV, nesse período, a economia brasileira caracterizou-se como uma economia em transição, buscando adaptar-se à realidade de novos preços relativos das diversas fontes de suprimento de energia, com uma taxa de crescimento do PIB de 4%, o que representou um forte declínio em relação ao ano anterior.

AGROPECUÁRIA

A agropecuária brasileira, no ano de 1975, apresentou um comportamento não muito favorável, na medida em que se considera que a meta do II PND previa um crescimento de 7% na produção do setor e a taxa registrada no período foi de 3,4%. A produção lavoureira parece ter sido a principal responsável por esse comportamento, pois apresentou uma

taxa de crescimento negativa de 2,0%. A atividade pecuária, por sua vez, foi o subsetor que sustentou a taxa global da agropecuária num valor positivo, tendo sido de 14,9% o seu ritmo de expansão no ano de 1975.

CONSTRUÇÃO CIVIL

A área vistoriada decresceu bastante no quarto trimestre em relação ao terceiro (-28,51%), o que significa uma queda no volume de edificações novas postas à disposição dos compradores. Essa diminuição na área vistoriada, no período em análise, pode ser considerada um reflexo do comportamento da área licenciada no início do ano, uma vez que essa última decresceu a uma taxa de 4,86% no primeiro trimestre e não apresentou sinais decisivos de recuperação no período seguinte. Como consequência de uma diminuição na concessão de licenças para construir é de se esperar, pois, um decréscimo no volume de área construída em períodos subseqüentes, respeitada uma certa defasagem no tempo.

GOVERNO

O Estado gaúcho contribuiu com 8,8% para a formação da receita estadual-nacional que foi de Cr\$ 57 bilhões em 1975. Observa-se, também, que somente três dos 22 Estados brasileiros participaram com mais de 60% dessa receita, tendo ganho posição relativa entre os dois períodos considerados, o que parece indicar uma certa concentração da geração tributária estadual nos Estados mais desenvolvidos [SP=45,82; RJ=10,12; e RS=6,76].

O exame da estrutura da receita tributária federal no Rio Grande do Sul aponta o IPI como o tributo mais representativo, participando, em média, com 45% do total arrecadado no período 1970-75. Também a nível nacional, pode ser constatada a importância desse imposto, visto que, em 1975, sua arrecadação (Cr\$ 34.433 milhões) respondeu por 36% dos recursos orçamentários do Tesouro. O Imposto de Renda que foi o segundo colocado contribuiu com Cr\$ 24,6 bilhões, correspondendo a 25,8% da receita federal.

Ao analisar o comportamento da arrecadação do IPI, em valores reais, no Rio Grande do Sul durante o quarto trimestre de 1975, observa-se a ocorrência de uma pequena queda no montante obtido entre esse período e o imediatamente anterior (-1,70%). Essa taxa de crescimento negativa foi motivada pelo decréscimo de 5,42% na arrecadação oriunda da industrialização do fumo.

COMÉRCIO EXTERNO

Ao examinar-se o comportamento das exportações brasileiras para o ano de 1975, verifica-se que seu desempenho foi aquém das expectativas oficiais, pois o montante de US\$ 8,655 milhões, alcançado no ano, foi bastante inferior à meta de 10 bilhões de dólares prevista pelas autoridades governamentais.

A razão apontada pelos técnicos para explicar essa performance pouco alentadora das exportações brasileiras no ano de 1975, apesar de todos os estímulos fiscais e creditícios existentes, foi o aumento das medidas protecionistas adotadas por quase todos os países que comerciam com o Brasil, em vista da retração econômica mundial.

Segundo notícias vinculadas ao setor, é possível que, para o próximo ano, os Estados Unidos estabeleçam um sistema de cotas, com a possibilidade de que os volumes permitidos para a importação se refiram ao final da década passada, época em que o Brasil apenas havia iniciado o processo de exportação de calçados. Se efetivamente forem impostas essas novas restrições, o que parece muito provável, os fabricantes gaúchos do Vale dos Sinos serão os mais diretamente atingidos, em virtude de suas linhas de produtos estarem muito adaptadas às exigências do mercado norte-americano.

As perspectivas para o próximo ano das exportações gaúchas de calçados não são de todo pessimistas, pois já se vislumbram alternativas de novos mercados, com a União Soviética e alguns países do leste europeu. Por outro lado estão sendo feitas negociações diplomáticas junto às

autoridades americanas com o sentido de provar que as importações de calçados brasileiros não são as responsáveis pelos problemas de desemprego havidos neste setor, naquele país, por representarem pouco mais de 7% das compras norte-americanas de calçados.

Volume IV - Números 1 e 2 - Janeiro/Julho 1976

VISÃO GLOBAL DA ECONOMIA

As medidas de contenção da demanda, através de restrições ao crédito, com o intuito de controlar a inflação, parecem não estar atingindo seus objetivos. Embora o dinheiro esteja mais caro e o custo de vida mais elevado, não foi verificada uma diminuição na demanda por empréstimos, nem tampouco uma redução nos meios de pagamento que, ao contrário, experimentaram uma expansão de 12% no primeiro semestre, contrastando com as previsões do orçamento monetário, que era de 7% apenas.

Uma das explicações para esse fato pode estar na própria estrutura do sistema financeiro do país, uma vez que as medidas adotadas tinham o objetivo de reduzir o volume de dinheiro para empréstimos em poder dos bancos comerciais, mas ocorre que, além desses recursos, há no Brasil dinheiro de outras fontes, que entra no mercado com facilidade, não sofrendo diretamente o aperto de liquidez.

INFLAÇÃO E CUSTO DE VIDA

O primeiro semestre do ano de 1976 parece não ter sido muito favorável no que diz respeito ao comportamento dos preços na economia nacional. Um crescimento de 22,7% no Índice Geral de Preços - disponibilidade interna da FGV -, no período considerado, demonstra um agravamento do processo inflacionário brasileiro, principalmente quando se considera que o mesmo índice cresceu apenas 12,7% no primeiro semestre de 1975.

Conforme interpretação do fenômeno, realizada pelas autoridades governamentais da área econômica, trata-se de uma inflação de demanda, isto é, uma situação em que

os preços se elevam porque há uma quantidade excessiva de dinheiro em circulação e o volume total de bens e serviços disponíveis para consumo não é suficiente para suprir a demanda adicional proveniente do excesso de moeda em poder do público.

Ocorre, entretanto, que o diagnóstico clássico de uma inflação de demanda deixa de fornecer alguns detalhes indispensáveis para a real compreensão do problema, entre os quais, a especificação de qual a camada da população, ou a classe de renda, que detém essa quantia excessiva de dinheiro.

Observando-se a política salarial do Governo, pode-se constatar que não são as camadas da população assalariada as detentoras desse poder aquisitivo adicional, uma vez que, ao contrário, sua capacidade de compra vem decrescendo nos últimos períodos, como demonstram inúmeros estudos a respeito. Em 1975, o índice fixado para os reajustes salariais de abril foi de 42%, frente a um custo de vida que se elevou 23% entre maio de 1974 e abril de 1975.

AGROPECUÁRIA

É possível constatar que a ampliação do crédito rural pode ter sido um dos fatores responsáveis pela excessiva expansão dos meios de pagamento no ano de 1975, tendo contribuído para um incremento considerável na taxa inflacionária, cujo comportamento já foi analisado na primeira parte deste trabalho.

Esse comportamento altamente expansionista em 1975 modificou-se bastante no primeiro semestre de 1976, sendo que nesse período a taxa de crescimento registrada foi negativa. Essa mudança brusca de comportamento, como já foi mencionado anteriormente, pode ser considerada como uma conseqüência da atual política econômica governamental de controle da inflação via contenção dos meios de pagamento.

INDÚSTRIA

No primeiro trimestre de 1976, o valor real da produção do grupo tradicional sofreu um acréscimo de 37,37% em relação a igual período do ano anterior. No primeiro

trimestre de 1976, o gênero produtos alimentares apresentou um comportamento negativo no que respeita ao crescimento do valor real da produção, tendo sido registrada a taxa de -8,15%.

O gênero Vestuário, calçados e artefatos de tecidos apresenta uma tendência crescente em seu valor real da produção, tendo registrado, entre o primeiro trimestre de 1975 e igual período de 1974, aumento de 14,24%, e entre os primeiros trimestres de 1976 e 1975, 38,29%. Através da análise de uma série mensal mais longa de dados do valor real de produção, poder-se-á verificar que a crise do setor têxtil, iniciada em fins de 1973, com prosseguimento em 1974, parece ter sido superado, uma vez que, a partir de 1975, se consta uma tendência à recuperação. Foi registrado, no período em análise, o elevado incremento de 71,82% no valor real da produção, que é a maior taxa do grupo tradicional.

Ao examinar-se a evolução da participação das indústrias dinâmicas na produção industrial do Rio Grande do Sul no período 1949-70, segundo dados do Censo Industrial, verifica-se que apesar das mesmas terem evoluído de 16,01% para 38,70% no período, o grupo tradicional ainda mantém a principal posição, sendo responsável em 1970 por 61,30% do produto industrial gaúcho.

COMÉRCIO EXTERNO

Verifica-se que houve um incremento nas exportações autorizadas do RS em relação ao segundo semestre de 1975 da ordem de 11,18% e que o valor alcançado neste semestre foi de 654.804 milhões de dólares. Contudo, se esse comportamento for comparado com o ocorrido no semestre correspondente em 1975, observa-se um crescimento bem mais significativo, da ordem de 26,87%.

Dentre os produtos destaca-se a soja em grão, que nestes seis primeiros meses do ano alcançou o valor de US\$ 222,883 milhões. A soja, principal produto de exportação do Rio Grande do Sul, com uma participação de

34,04% neste semestre, foi, no ano de 1975, o produto que rendeu o maior volume de divisas ao país, sendo que neste primeiro semestre foi superada apenas pelo café, o qual retornou ao seu tradicional lugar entre as exportações brasileiras.

As exportações autorizadas de *calçados* gaúchos, por sua vez, tiveram uma melhor performance no período analisado, alcançando taxas de crescimento superiores a 50% tanto em relação ao semestre anterior (54,86%) como em relação ao primeiro semestre de 1975 (51,44%).

Estuda-se atualmente a possibilidade da conquista de novos mercados para os produtos gaúchos com o objetivo de diminuir a dependência brasileira em relação a certos mercados, onde o exemplo mais marcante são os Estados Unidos, que absorvem 84% das nossas exportações de calçados.

Volume IV - Números 3 e 4 - Julho/Dezembro 1976

VISÃO GLOBAL DA ECONOMIA

No segundo semestre de 1976, verificou-se a continuação da situação já constatada em períodos anteriores, com o aumento progressivo das taxas inflacionárias e o seu combate através de uma política de cunho monetarista, tendo em vista, segundo declarações oficiais, tratar-se de uma inflação caracterizável como de demanda.

Segundo essa interpretação, houve um afluxo adicional de meios de pagamento na economia brasileira já no início de 1976, que por se caracterizar claramente como um excesso de demanda deveria ser combatido pelas medidas tradicionalmente utilizadas na contenção da expansão monetária, como a restrição creditícia. Desta forma, já no primeiro semestre do corrente ano foram adotadas algumas medidas com o objetivo explícito de diminuir o excesso de liquidez na economia.

Deste modo, no período em análise, foi utilizado no combate à inflação todo um elenco de medidas denominadas clássicas, desde a política monetária

restritiva, como as diversas medidas de aperto do crédito ao setor privado, até a política fiscal e a contenção dos investimentos públicos.

Deste breve retrospecto pode-se induzir que durante o ano de 1976 foram adotadas todas as medidas necessárias para o combate a uma inflação de demanda e que apesar disso a sua taxa (46,38%) foi a mais elevada desde 1964.

Outra explicação dada para o recrudescimento da inflação parte do comportamento do sistema financeiro, pois os grandes conglomerados financeiros criaram novos meios substitutivos para contornar a escassez de créditos, como o aumento da velocidade de circulação do dinheiro. Por meio de mecanismos como o *open-market* são reunidos grandes volumes de recursos dos bancos que ficam com alguns poucos grupos que pagam altos juros por esse dinheiro necessário ao financiamento de suas operações. O custo de obtenção desses recursos (juros e serviços dos operadores do mercado aberto) é repassado ao consumidor final, gerando desta forma uma alta inflacionária dentro do sistema.

INFLAÇÃO E CUSTO DE VIDA

Verifica-se que o segundo semestre de 1976 caracterizou-se por um acréscimo acentuado no ritmo da inflação brasileira atingindo a taxa de 19,24%, quando a registrada em igual semestre em 1975 foi de 14,62%.

Focalizada a origem dos bens — conceito de oferta global — observa-se que os produtos agrícolas apresentaram aumentos de 66,97% substancialmente maiores que os produtos industriais, cuja alta foi de 40,3%.

AGROPECUÁRIA

A agropecuária nacional cresceu à taxa de 4,2% no ano de 1976, o que, de certa forma, representa uma melhora no desempenho do setor, uma vez que, em 1975, o crescimento foi de apenas 3,4%. Entretanto, levando-se em conta os níveis de expansão previstos pelo II PND, que previa uma taxa média de crescimento de 7% até o fim da década.

Durante o ano de 1976, o Governo provocou a retirada dos subsídios diretos que concedia ao trigo e ao fertilizante. Essa medida insere-se num conjunto de outras, que visa a reduzir ao máximo os gastos governamentais, entre os quais os subsídios representam um pesado ônus.

A conjuntura pouco favorável, experimentada pela agropecuária gaúcha em 1976, está relacionada com as contradições do processo de modernização do campo, que vem-se verificando intensamente no Brasil desde os anos sessenta. Esse processo pressupõe uma transformação nas formas antiquadas, pré-capitalista ou semicapitalista das relações de produção, de forma a favorecer o pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo.

Embora com algumas particularidades diversas, tanto o diarista gaúcho como o *bóia-fria*, são trabalhadores sem terra, sendo também os mais desprotegidos do meio rural por não poderem usufruir de nenhum benefício da legislação que regula o trabalho no campo.

Com a consolidação definitiva do modo de produção capitalista no campo, a situação do trabalhador sem terra e assalariado tenderá a agravar-se, uma vez que serão necessários contingentes cada vez maiores desta mão-de-obra rural.

INDÚSTRIA

Os dados permitem verificar que, em valor real da produção, a indústria gaúcha cresceu 9,19%, relacionando os períodos jul./nov. de 1975 e de 1976. Quanto ao nível de emprego, a situação geral parece ter sido satisfatória, uma vez que o pessoal ocupado cresceu em 6,66%, entre os períodos citados. O salário real foi o indicador que apresentou a taxa mais elevada de crescimento, dentre os três indicadores, com uma variação de 16,06%.

No período em análise, isto é, de julho a novembro de 1976, as indústrias tradicionais cresceram 20,26% em valor real da produção, quando comparado com igual período de 1975. Em se tratando de valores reais, isto é, descontados os efeitos inflacionários, esse crescimento pode ser considerado bastante significativo, uma vez que o grupo

das indústrias dinâmicas cresceu, no mesmo período, apenas 5,08%, como será visto posteriormente.

Segundo dados do Censo Industrial de 1970, esse grupo de indústrias não tem ainda uma importância fundamental no parque gaúcho, pois apesar de ter sofrido uma grande evolução nos últimos períodos, a sua participação neste ano ainda era de apenas 38,70% do total da produção industrial.

Sob o ponto de vista do valor da produção, em termos reais, as indústrias dinâmicas apresentaram um desempenho favorável com um acréscimo de 5,08% no período analisado.

O incremento sofrido pelas indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas no Rio Grande do Sul está diretamente relacionado com a crescente mecanização que vem ocorrendo na agricultura gaúcha dentro do processo de modernização, gerando uma demanda sempre crescente por esses produtos. Com a agricultura necessita de financiamentos para adquiri-los, o desempenho dessas indústrias fica diretamente vinculado à concessão de crédito agrícola destinado a investimentos.

CONSTRUÇÃO CIVIL

O setor industrial da construção civil é responsável pela geração de 20% do valor do PIB e emprega cerca de 30% da mão-de-obra existente no país. A par dessas características estruturais, que demonstram a importância do setor na economia brasileira como um todo, fatores como a auto-suficiência tecnológica e a quase independência de insumos importados colocam a construção civil numa situação relativamente favorável frente aos ramos mais dinâmicos da indústria de transformação, uma vez que os grandes esforços governamentais concentram-se, atualmente, na resolução dos problemas do Balanço de Pagamentos.

Esses fatores, entretanto, parecem não ser suficientes para assegurar à indústria de construção civil um desempenho favorável, uma vez que esta encontra limitações em outros aspectos.

**VISÃO GLOBAL
DA ECONOMIA**

O fenômeno inflacionário brasileiro continua a ser um dos sérios problemas com que se defronta o país, tendo as autoridades econômicas decidido que seu combate deva ser a meta prioritária do atual Governo.

O Índice Geral de Preços (IGP) - disponibilidade interna, calculado pela FGV, que é tomado como medida de inflação nacional - embora talvez não detenha qualidade suficientes para tarefa de tal envergadura - apresentou um crescimento de 22,48% durante o 1º semestre de 1977. Essa elevação parece comprometer a meta de contenção da inflação em 35% no corrente ano, uma vez que seria necessário manter, de julho a dezembro, uma taxa média mensal de 2%.

Assim, a liberação das taxas de juros bancários foi uma das medidas adotadas, deixando que essas se elevassem através do jogo livre das forças de mercado, encarecendo, portanto, os empréstimos. Essa decisão faz parte de um conjunto de medidas que visam a desacelerar a economia, através do encarecimento do dinheiro, desestimulando os investimentos.

As empresas, necessitando de recursos para fazer frente a seus compromissos financeiros, continuarão efetuando operações bancárias mesmo com juros elevados. A tendência provável é que transmitam aos preços de seus produtos esse acréscimo ou suas despesas financeiras, contribuindo com a aceleração da inflação.

**INFLAÇÃO E
CUSTO DE VIDA**

Dentre os componentes autônomos, a que o Ministro se refere, encontra-se o problema dos produtos hortifrutigranjeiros, que experimentaram altas contundentes no 1º trimestre do corrente ano, tendo causado a chamada "inflação do chuchu".

É sabido que o 1º trimestre de todos os anos constitui-se num período de alta de preços de alguns tubérculos e herbáceos, pois trata-se de uma época de muito calor e/ou

muita chuva, conforme a região e, num ou noutro caso, nada favoráveis à produtividade de hortaliças e legumes.

O Índice de Custo de Vida da capital gaúcha (ICV-PA) é um dos mais altos do País, apresentando uma taxa de crescimento de 27,9% entre janeiro e junho do presente ano, tendo sido superado apenas pela capital mineira, com 31,1% no mesmo período.

AGROPECUÁRIA

Durante o primeiro semestre de 1977, a agropecuária nacional apresentou índices considerados razoáveis, uma vez que as safras de outono, de acordo com a avaliação oficial (IBGE), garantem, apenas para a agricultura, um crescimento em torno de 13%. Sozinho, esse número poderá sustentar a taxa nacional de crescimento econômico.

Estimativas como estas sempre levam a uma pergunta: o mercado terá condições de absorver esse crescimento? Pelos fatos, a resposta é sim. Existe uma situação particularmente favorável para a venda de muitos dos produtos mencionados no mercado externo. Juntos, o café e a soja asseguraram uma receita superior a 2,6 bilhões de dólares no primeiro semestre de 1977. O faturamento do cacau, milho, mamona e sisal, todos com mercado firme no hemisfério norte, atingido por secas e irreparáveis nevascas também foi significativo neste período.

Assim, a agricultura já rendeu 4,1 bilhões de dólares este ano, o que representa 70,6% do crescimento sobre as vendas dos seus produtos durante o primeiro semestre de 1976.

A problemática da massa assalariada rural requer um estudo mais profundo, o que foge ao objetivo do trabalho, porém é importante colocar que existe uma tendência ao crescimento do número de trabalhadores diaristas, sem terra, cuja propriedade foi absorvida pela lavoura empresarial. Tal tendência vai-se acentuar na medida em que a lavoura capitalizada for se intensificando.

INDÚSTRIA

Pode-se verificar que o movimento de emprego para os primeiros semestres de 1976 e de 1977 foi menor do que em igual período do ano anterior, para a maioria dos gêneros industriais analisados, com exceção de "mecânica e material elétrico". Isso significa que os ramos mais significativos da indústria de transformação do Estado (considerando a exceção feita) criavam menos emprego no período em análise do que no 1o semestre do ano anterior.

O único gênero, que apresentou um movimento líquido maior em 1977, como já foi observado, foi "mecânica e material elétrico", cuja relação entre admissões e desligamentos.

**CONSTRUÇÃO
CIVIL**

Com a diminuição da oferta de recursos para investimentos ocorrida a partir de 1976, o mercado sofreu uma profunda alteração, tendo ocorrido uma súbita elevação das taxas de juros e outros custos, encarecendo o dinheiro. Todos estes fatores causaram elevação do custo unitário básico (CUB) da construção civil.

O movimento líquido de emprego, na construção civil, diminuiu, em torno de 50%, no primeiro semestre de 1977 em relação ao mesmo período em 1976. Isto quer dizer que a indústria da construção civil continuou a criar empregos, embora em ritmo bem mais lento.

Acredita-se que o setor da construção civil, acompanhando o desaquecimento da economia brasileira, talvez esteja entrando em uma fase de estabilidade, tendo superado os períodos de intensos crescimentos que caracterizaram os seus últimos anos. O *boom* da construção civil iniciou logo após a criação do Banco Nacional da Habitação e foi reforçado pelas cadernetas de poupança que se tornaram opções mais rentáveis, captando a maior parcela da poupança da população.

**COMÉRCIO
EXTERNO**

Pela primeira vez, nos últimos anos, ao se encerrar um semestre, o Brasil registrou um superávit comercial. Rompendo, dessa forma, uma tendência iniciada quando

entraram em vigor os novos preços do petróleo, em fins de 1973. O primeiro saldo positivo no intercâmbio com mercadorias ocorreu já no mês de abril, quando de um déficit equivalente a US\$ 139,4 milhões em março, se obteve um pequeno superávit de aproximadamente US\$ 70 milhões no mês seguinte.

Esse resultado favorável, que permitiu uma sensível queda no déficit brasileiro em conta corrente, deveu-se, principalmente, ao excelente desempenho das exportações de alguns produtos primários, tais como café, farelo e torta de soja e açúcar demerara, por um lado, e ao relativo congelamento do valor das importações, pelo outro. Com relação a esse segundo fator, observa-se que, após uma elevação desmedida em 1974, as importações passaram a ser contidas por força das medidas de política comercial adotadas pelo Governo, muito embora se registrassem mudanças estruturais em face da rigidez de itens tais como petróleo, máquinas e equipamentos e componentes de produtos industrializados, cujas compras se mostraram menos sensíveis às medidas de contenção.

O total das exportações brasileiras de janeiro a junho de 1977 somou US\$ 6,189.9 milhões, representando um crescimento de aproximadamente US\$ 1,8 bilhão com relação ao mesmo período em 1976, com expansão de 40,59%.

Volume V - Número 2 - Julho/Dezembro 1977

VISÃO GLOBAL DA ECONOMIA

As medidas principais centraram-se, novamente, na contenção dos meios de pagamento, cuja expansão anual, segundo o Ministro Simonsen, não deveria ir além de 35%, taxa esta que já ultrapassa em 10 pontos percentuais a previsão constante do orçamento monetário para 1977.

Como conseqüência imediata deste *aperto* de liquidez, pode-se esperar uma elevação das já altas taxas de juros no mercado financeiro, pois, como adverte o Ministro Simonsen, "a política de dinheiro abundante e barato é

incompatível com o reequilíbrio do balanço de pagamentos e com o controle da inflação.

A economia brasileira, no ano de 1977, para obter um arrefecimento no ímpeto ascendente dos preços, pagou com o declínio da taxa de aumento real do produto, que baixou a um valor bem inferior ao da taxa histórica. O aumento real do PIB de 4,7% deveu-se, em maior parte, aos 11,6% de aumento no volume colhido das lavouras, do que aos escassos 2,3% de expansão física da indústria de transformação. A atividade industrial, submetida ao remédio do desaquecimento, via desaceleração de investimentos públicos e contenção de importações trabalhou com subutilização da capacidade instalada. As perspectivas para 1978 são apontadas no sentido de uma relativa manutenção no ritmo da atividade econômica global, com agravamento do problema do desemprego latente, causado pelas deprimidas taxas de expansão industrial verificadas em 1977.

A capital gaúcha apresentou um incremento de 13,72% no Índice de preços ao consumidor (IEPE-UFRGS), no segundo semestre de 1977, perfazendo uma variação anual acumulada de 45,39%, sendo que em 1976 foi de apenas 34,12%.

INFLAÇÃO E CUSTO DE VIDA

Durante o segundo semestre de 1977, o Índice Geral de Preços (IGP), no seu conceito de disponibilidade interna, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, comportou-se de forma bastante satisfatória, considerando a meta prioritária do Governo Federal, que era a de conter a inflação no prazo mais breve possível.

Conforme se observa, os diversos componentes do IGP apresentaram taxas de crescimento declinantes, quando comparados os dois períodos. A taxa de crescimento do custo de vida no Rio de Janeiro foi a que apresentou o menor diferencial (de 16,34% para 15,48%), apesar das modificações na metodologia de seu cálculo, inseridas ainda no primeiro semestre.

A taxa inflacionária do ano de 1977 foi, portanto, mais baixa que a de 1976 (46,38%), o que não significa, entretanto, que o fenômeno esteja sob controle, ou sequer em vias de sê-lo. A inflação de 1977 ainda é muito elevada e dá origem a sérias preocupações não só por parte do Governo, considerando que 1978 é um *ano eleitoral*, mas também por parte do povo em geral que, independentemente das eleições, se vê duramente atingido pela carestia e conseqüente perda de seu poder aquisitivo.

AGROPECUÁRIA

A agropecuária cresceu 9,6% enquanto a previsão não passou de 7%. No entanto, se for tomado o lado da remuneração o quadro muda de figura. À primeira vista, as indicações são positivas: no ano agrícola de 1976/77 (julho de 1976 a junho de 1977), o valor real da produção teria aumentado 12,6% em relação ao ano anterior.

Mas aquela porcentagem cai para uma taxa de crescimento negativo (-0,19) quando se exclui a renda gerada pelo café, cujos preços internacionais se beneficiaram da situação de escassez do produto ainda em conseqüência da geadas de 1975, que destruiu ponderável parcela dos cafezais brasileiros. Mantendo-se o mesmo raciocínio, excluindo a renda gerada pela soja, a agricultura do Centro-Sul registraria, no período, uma redução de 15,4% no valor da produção. Os representantes do complexo industrial da carne afirmam que o setor está às portas do colapso total de suas atividades, por força da descapitalização. A crise é conseqüência, fundamentalmente, do erro de cálculo cometido ao se acreditar no chamado *modelo exportador*, isto é, na conquista do mercado mundial para determinados produtos brasileiros, no caso, a carne.

CONSTRUÇÃO CIVIL

A quebra no ímpeto do movimento ascendente dos preços, trazendo a taxa anual de inflação de 46,38%, em 1976, para 38,78%, em 1977, teve como contrapartida o declínio da taxa de crescimento do produto, a qual foi de 4,7%, um valor bem inferior ao da taxa histórica.

Segundo os empresários da construção civil, esse desaquecimento da economia brasileira trouxe uma série de problemas ao setor, ocasionada, basicamente, pelos cortes nos planos e programas governamentais de investimentos, em relação às obras públicas, por um lado, e pela redução de financiamento para o mercado imobiliário, pelo outro.

Dentre as principais conseqüências destacam-se: a) o agravamento do déficit habitacional; b) uma provável retração na demanda de materiais de construção; c) a desagregação da estrutura técnica e econômica das próprias construtoras; d) redução na oferta de emprego.

Nos anos do *milagre* (1968-73), o BNH ativou a indústria da construção civil financiando imóveis de luxo para as famílias de alta renda. A partir de 1974, porém, houve uma reorientação na política do BNH em direção ao carente mercado de imóveis populares e da classe média. Desde então foram feitos esforços no sentido de facilitar o acesso à casa própria pelas classes de baixa renda, e as restrições orçamentárias, impostas ao BNH no ano passado, não atingiram os programas da chamada área de interesse social.

GOVERNO

Constata-se que em 1975, com relação ao ano anterior, a arrecadação do IPI, em valor real, cresceu, aproximadamente, 12% no total, mas isto é devido ao aumento considerável da arrecadação do IPI sobre o fumo (25,85%), porque a arrecadação sobre os demais produtos decaiu (-5,47%) devido às isenções e reduções de alíquotas decretadas no ano. Para os períodos seguintes, a arrecadação cresceu muito pouco, em 1976-75 (2,64%) e, 1977-76, chegou a diminuir (-8,66%). A arrecadação do ICM, a nível nacional, teve uma elevação real de 5,7% no ano de 1977 em relação a de 1976. Para a região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) apresentou um acréscimo em termos reais de 7,1% para os mesmos períodos. No caso da Região Sul, ainda, observa-se que os

Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram os responsáveis por esse acréscimo, uma vez que o Paraná apresentou uma taxa negativa de crescimento de 1%.

Pela análise da distribuição da arrecadação do ICM, a nível nacional, constata-se a existência de um desequilíbrio inter-regional que segundo informações vem diminuindo lentamente. A região Sudeste detinha, em 1968, 70,7% do recolhimento total do ICM no país, em 1977, essa participação foi reduzida a 66,03%.

Volume VI - Número 1 - Janeiro/Junho 1978

VISÃO GLOBAL DA ECONOMIA

A taxa de inflação, o desempenho da balança comercial e a taxa global de crescimento da economia, considerados como os principais indicadores quantitativos do nível geral da atividade econômica, não apresentaram, no presente semestre, um desempenho muito favorável. A taxa de inflação do primeiro semestre do ano (21,21%) pode ser considerada com alta e para o final do ano, se mantiver o mesmo nível de 1977, já se poderá considerar satisfatório.

A balança de comércio, ressentida com a perda de receita tradicionalmente advinda dos produtos agrícolas, deverá certamente apresentar um déficit este ano, mesmo se mantido o teto de US\$ 12 bilhões previsto para as importações.

O Produto Interno Bruto, outro indicador mencionado, não deverá apresentar uma boa taxa de crescimento, devido principalmente a estrangulamentos da oferta, prevendo-se para o presente ano uma taxa em torno de 3% a 4%.

Em períodos de queda na atividade econômica em que se tenta reduzir a demanda através de políticas monetárias, essas empresas, que se caracterizam por possuírem diferenciadas margens de lucro, compensam a queda em suas vendas, ampliando a margem de rentabilidade, que diminui a eficiência das políticas adotadas.

INFLAÇÃO E CUSTO DE VIDA

A inflação oficial brasileira, medida pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, apresentou ao encerrar este semestre um valor percentual acumulado (21,21%) indicativo, provavelmente, de que o nível final dos preços permanecerá próximo dos 38,71% registrados durante o ano de 1977.

Cabe ressaltar que o expurgo das acidentalidades e a presença de estoques reguladores favoreceram sobremaneira a obtenção de valores para o IGP, semelhantes aos do primeiro semestre do ano passado.

O mau desempenho da agricultura, que fatalmente seria todo transmitido ao índice, terá, provavelmente, uma parcela transferida para o segundo semestre de 1978, com conseqüências para a balança comercial, pois, além da queda no número de divisas, ocasionada pela diminuição dos produtos básicos de exportação, serão necessárias importações para suplementar as quebras de safra já ocorridas.

Até junho, os meios de pagamento cresceram 12,1%, 6,0% acima do previsto no início do ano (6,1%), o que levou o Conselho Monetário Nacional a adotar novamente, como ocorreu em 1977, o congelamento pelo prazo de um mês das conversões em cruzeiros dos empréstimos externos.

AGROPECUÁRIA

Durante o 1º semestre de 1978, a agricultura brasileira apresentou índices que não podem ser considerados favoráveis. A intensa estiagem que atingiu a região Centro-Sul do País, região esta responsável por 80% da produção agrícola brasileira, fez com que as taxas de crescimento se tornassem negativas e ficasse caracterizada uma situação não de todo nova: a quebra de safra, evidencia que existe uma profunda diferença entre a previsão para a safra 1977/78 feita em dezembro e a expectativa existente em maio.

Segundo o Ministério da Agricultura, os prejuízos globais, na lavoura e pecuária, chegarão a 40 bilhões de cruzeiros - quantia equivalente ao total arrecadado até hoje

pelo PIS. A balança comercial brasileira, de acordo com as avaliações do ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, sofrerá uma perda de 1,5 bilhão de dólares, mais de 10% do volume previsto para as exportações, este ano.

Os azares climáticos deste ano voltaram a criar intensa controvérsia, foi mesmo alardeado, como uma terrível ameaça, que o próximo Governo enfrentaria uma escassez que, aliada a um conjunto de fatores climáticos não muito favoráveis, colocaria o País em frente a uma carestia sem precedentes. Por outro lado, foi dito que haviam sido fixados preços mínimos insatisfatórios para a atual safra e que isso acarretou a atual escassez.

Sendo assim, culpar a agricultura pela inflação é, no mínimo, uma falácia primária.

A pecuária bovina, em termos do fator terra nela alocado, pode ser considerada a atividade econômica dominante no Estado do Rio Grande do Sul, mas se mantendo em crise com períodos de oscilação favoráveis. Entre as principais causas dessa crise quase permanente, estão a falta de capitalização do setor e o fato de a pecuária não representar o número da economia brasileira, mas ser subsidiária e dependendo do núcleo.

Alguns fazendeiros apavorados estão levando até vacas prenhes aos frigoríficos. A situação é grave. Cabe ao Governo nortear uma política econômica para carne e não apenas um auxílio circunstancial. Neste caso, existe a possibilidade de sugestões. Deve ser incentivada a mudança na função de produção da pecuária bovina, que é exclusivamente extensiva e já alcançou o limite geográfico de expansão.

CONSTRUÇÃO

CIVIL

A atividade da indústria da construção civil, baseada no mercado para a construção de luxo a partir de 1977, vem apresentando uma tendência à estabilização, após um período de alto crescimento iniciado em 1968. O setor, que se caracteriza como um instrumento de aquecimento e/ou desaquecimento da economia vem sofrendo cortes de natureza creditícia.

GOVERNO

Não havendo mudanças significativas nas alíquotas e nem nos prazos de recolhimento, o total do IPI arrecadado no Rio Grande do Sul está na dependência do desempenho dos gêneros industriais "fumo" e "bebidas" ou, mais precisamente, do aumento significativo da produção e valor de suas vendas. Constata-se pelos dados apresentados que, de uma maneira geral, foi muito boa a performance desse tributo, com taxas de crescimento em torno de 10% entre os dois períodos.

O Rio Grande do Sul, como um estado exportador, sofreu com o fato de o ICM ser usado como instrumento de estímulo a uma política exportadora, pois quanto maior o crescimento das vendas externas, maiores eram as suas dificuldades financeiras, uma vez que essas operações estão isentas não apenas do pagamento do ICM, mas também do IPI e recebem prêmios especiais. De fato, a arrecadação do ICM, em valores reais, registrou, inclusive, taxa de crescimento negativa em 1976. Em 1977, no entanto, ocorreu a recuperação. Observa-se, de imediato, a importância relativa do comércio varejista e da indústria de transformação que, sozinhos, respondem por aproximadamente 65% do total arrecadado.

**COMÉRCIO
EXTERNO**

As exportações brasileiras, no primeiro semestre de 1978, totalizaram 5.844,1 milhões de dólares FOB. Do total exportado, os produtos básicos ficaram com a maior parcela, muito embora a participação dos mesmos tenha diminuído em relação ao primeiro semestre de 1977 (48,9%, de janeiro a junho de 1978 contra 61,99% de janeiro a junho de 77).

Enquanto que os produtos básicos brasileiros ocuparam 48,9% das exportações do País como um todo, no Rio Grande do Sul sua participação foi de 58,6%, mostrando a grande importância desses produtos na economia gaúcha.

Já os manufaturados apresentaram um quadro inverso: 37,9% nas vendas totais do Brasil ao exterior, contra apenas 26,3% de participação nas exportações gaúchas.

Dentro dos principais produtos de exportação do Rio Grande do Sul, o grupo da soja (grão, óleo e farelo) foi responsável por 57,96% do total exportado, indicando um alto índice de concentração nestes três produtos. Só o farelo de soja respondeu por 33,72% de todas as exportações gaúchas.

Volume VI - Número 2 - Julho/Dezembro 1978

VISÃO GLOBAL DA ECONOMIA

O segundo semestre de 1978 encerra mais um quadriênio de governo, onde as características predominantes no combate ao processo inflacionário basearam-se no uso de políticas monetárias tradicionais, das quais fazem parte, principalmente, as contenções de salários, as restrições ao crédito, depósitos e recolhimentos compulsórios, corte nos investimentos públicos, enfim todos os mecanismos que limitam a expansão dos meios de pagamento. Se se considerar que os dois objetivos fundamentais de toda a política econômica desde 1974, relatados no II PND, eram o de combater a inflação, e manter ascendente o produto nacional, os resultados globais destes quatro anos não confirmam êxito dessas políticas.

O governo tem atuado como agente econômico no cenário brasileiro das mais diversas formas desde 1964. Agora, em 1978, duas formas dessa atuação podem ser consideradas como fundamentais para o estabelecimento de uma análise conclusiva do que foram e do que serão, pelo menos a curto prazo, as conseqüências das políticas de gastos e de salários ocorridos nesse ano. Ao longo de 1978, verificou-se uma das maiores ofertas de dinheiro a preços relativamente baixos no mercado financeiro internacional, o que estimulou o levantamento de empréstimos no exterior, principalmente pelas estatais que responderam por 70% destes empréstimos. Na área financeira, às taxas de juros no Brasil, durante o segundo semestre de 1978, mantiveram-se em níveis bastante altos

e foram em muito influenciadas pela ação governamental no sentido de elevá-las, visando a diminuir o ritmo de crescimento da economia. Para tanto, além da manutenção da alta taxa de recolhimento compulsório ao Banco Central (35% sobre o montante dos depósitos à vista em bancos comerciais) e do congelamento dos recursos obtidos com empréstimos externos, as autoridades monetárias se utilizaram largamente da opção oferecida pelo mecanismo de mercado aberto, através de títulos da dívida pública, cuja remuneração pode ser classificada como bastante compensadora.

O Índice Geral de Preços (IGP) atingiu, no segundo semestre, um percentual acumulado de 16,20% que, com os 21,21% ocorridos no primeiro semestre, fecha o ano de 1978 com uma taxa de inflação de 40,8%, superior a taxa ocorrida em igual período do ano de 1977 (38,8%) e a segunda maior dos últimos cinco anos, sendo superado apenas pelos 46,3% ocorridos em 1976.

Partindo-se da premissa de que as três grandes metas da economia brasileira são o crescimento do PIB a níveis razoáveis (em torno de 7%), declínio da inflação e equilíbrio do balanço de pagamentos, ainda não se terá em 1979, a compatibilização destas variáveis. O Produto Interno Bruto, certamente, deve ter uma menor taxa de crescimento, causado pela provável queda nos investimentos, onde se destacará, especialmente, a diminuição dos investimentos governamentais.

INFLAÇÃO E CUSTO DE VIDA

A medida que os empréstimos externos, necessários à cobertura dos déficits em transações correntes, são responsáveis por um contínuo crescimento da dívida no estrangeiro, esta realimenta o processo, aumentando o déficit pelos crescentes juros que a manutenção da dívida exige. Os anos que seguem a 1974, no que tange à política externa, são pautados pela contradição de que o crescimento do produto interno exige volumes crescentes

de importações, e a capacidade de importar se vê diminuída pelo processo de endividamento.

A redução da capacidade de importar, originária do processo que se acabou de descrever, transformou os efeitos do comércio externo, que até 1973 vinham possibilitando altas taxas de crescimento do produto, associadas a relativamente baixos níveis de inflação, em ponto de estrangulamento ao crescimento da economia brasileira. O inevitável reajustamento se fez sentir no grau de utilização de mercadorias importadas, por unidade de produto nacional, que se viu reduzindo, em 1977, a 69% dos níveis de 1974, uma vez que as quantidades das importações reduziram-se em 8% e o produto real cresceu em 33%.

O que parece estar implícito nas ações das autoridades governamentais é que se torna impossível, na atual conjuntura, elevar rapidamente o produto real sem que cresçam o déficit do balanço de transações correntes e as taxas de inflação. Crescer mais lentamente significa um nível de acréscimos dos investimentos de menor porte, tanto públicos quanto privados. O simples corte de parte dos recursos destinados aos investimentos nos orçamentos públicos faz com que, na área governamental, os investimentos cresçam de forma mais moderada.

Na segunda metade do mês de novembro, foi publicado um conjunto de medidas que visavam a conter o crescimento dos meios de pagamento, o qual por isso mesmo foi denominado de "pacote de medidas antiinflacionárias". Muito embora não se possa negar a eficiência de tais medidas, no que diz respeito à contenção do crescimento dos meios de pagamento, Para este ano, é provável que as mesmas atuem mais sobre as consequências, deixando de lado as causas do problema. O déficit de transações correntes e a especulação financeira estão longe de terem seus efeitos anulados por medidas de caráter nitidamente monetarista. O que se fez foi mais uma vez, protelar a solução de um problema que há muito existe e vem se agravando.

AGROPECUÁRIA

O problema da agricultura no Brasil talvez possa ser resumido numa única questão: preços estáveis, que beneficiem tanto o produtor quanto o consumidor. Isso porque os preços ainda obedecem, pela arte da política econômica, ao princípio da alternância: em um ano, safras volumosas e preços em queda; no outro, plantio menor e preços em crescimento violento. Então, a tese de que a agricultura é a principal responsável pela inflação é insustentável e o aumento puro e simples do volume do crédito subsidiado para o setor não resolverá seus problemas. Pelo contrário, poderá agravá-los, porque não vai satisfazer produtores, muito menos consumidores, pois o crédito subsidiado é concentrador de recursos num pequeno grupo de grandes produtores, ficando os pequenos alijados das facilidades creditícias.

Sendo assim, surge um problema que exige atenção: o da modernização da agricultura. Suas principais conseqüências foram a descontinuidade do trabalho e a sazonalidade de ocupação da mão-de-obra. A introdução do trator e dos defensivos, entre outros insumos modernos, reduziu a necessidade de braços na preparação da terra/semeadura e nos tratos culturais. Em conseqüência, os trabalhadores passaram a ser dispensados. Por outro lado, a colheita (especialmente no caso de culturas tropicais) aumentou a necessidade de mão-de-obra.

De uma forma geral são boas as perspectivas para as próximas safras de verão, cujo plantio iniciou-se no mês de outubro. É preciso notar, contudo, que os aumentos de área e de produção estimados para muitas culturas não representam, na verdade, uma expansão real, mas uma recuperação, pois a seca do primeiro semestre deste ano e os preços mínimos considerados insatisfatórios provocaram uma drástica redução nas colheitas relativas a 1977/78. Outro ponto a destacar: o plantio de muitas lavouras dar-se-á mais em função dos estímulos de mercado (com a quebra das safras do verão passado, os preços subirão)

do que propriamente dos estímulos oficiais, pois os preços mínimos fixados para garantir a produção ficaram, novamente, aquém das perspectivas dos agricultores, salvo algumas exceções.

CONSTRUÇÃO CIVIL

A indústria da construção civil vem sendo afetada por alguns problemas que têm reduzido sua capacidade de geração. Entre esses problemas, destaca-se o desaquecimento da economia, já que o combate à inflação vem provocando um crescimento mais moderado. As medidas de desaquecimento têm afetado o nível de investimento da economia, com conseqüências diretas sobre a indústria imobiliária.

Apesar das dificuldades já vistas, o segundo semestre de 1978 foi um período de recuperação para a construção civil, o que vem mostrar que as empresas vem adequando-se bem à nova realidade do mercado imobiliário.

Esses são alguns componentes do custo da construção que mais influenciaram para que o segundo semestre de 1978 apresentasse a alta taxa de 21,4% como havia sido previsto na análise anterior. Ainda assim, o ano de 1978 teve um aumento de 31,5%, um pouco abaixo dos 37,18% do ano anterior, devido à favorável taxa do primeiro semestre (10,9%).

Dessa maneira, fica visto que o desaquecimento do setor não vem surtindo o efeito desejado pelas autoridades monetárias no combate à inflação, sendo seus resultados muito modestos, ainda mais se se considerar os preços de comercialização que são onerados pelas altas taxas do mercado financeiro.

As perspectivas para o próximo trimestre não são muito animadoras, por tratar-se do trimestre final do Governo, e isto sempre provoca uma redução de oferta de obras públicas, ficando as licitações de obras, para os próximos governos. Além disso, observa-se, historicamente, que os primeiros meses do ano não se caracterizam por um grande impulso nas áreas construídas.

Quanto aos custos da construção, devem continuar apresentando taxas de crescimento elevadas, a exemplo do que vem ocorrendo nos dois últimos trimestres. Importante item desses custos, os salários, deve ter reajuste um pouco mais alto que o ocorrido no primeiro trimestre de 1978, embora nada leve a crer em um aumento de poder aquisitivo dos empregados na indústria da construção civil.

GOVERNO

Os noticiários mais recentes têm veiculado, de forma quase constante, a preocupação de alguns titulares de pastas fazendárias estaduais com respeito à difícil situação, das finanças de seus Estados.

Examinando alguns aspectos dessa situação constata-se que a mesma não é recente e que, de forma geral, se estende por todo o período pós 1967, ano de implantação da reforma tributária.

No Rio Grande do Sul, no período aludido, pode-se constatar a evolução relativamente lenta dos valores reais dos tributos arrecadados e que constituem a principal fonte de receita estadual.

O esforço neste sentido está bem evidenciado para 1976 e 1977, quando a despesa total do Governo Estadual, em valores reais, caiu de 1,3 e 3,2% respectivamente; tal acontecimento não evitou, todavia, que as necessidades de financiamento elevassem as operações de crédito em montantes que perfizeram 15,1 e 10,1% das respectivas receitas orçamentárias anuais, acusando a permanência volumosa dessas operações uma tendência ao endividamento dos cofres públicos. As conclusões gerais a que se pode chegar após as observações feitas são bastante evidentes: a esfera estadual do Governo não tem tido condições de financiar com recursos próprios parte considerável dos gastos decorrentes de sua gama de atribuições. Como consequência de tal fato, os níveis de endividamento atingiram um patamar no qual os serviços da dívida decorrentes têm levado os cofres públicos a realizarem operações de crédito para financiá-los, sugerindo

uma situação em que os fluxos financeiros oneram os cofres públicos sem oferecer a possibilidade do desejável correspondente de realizações. Essas circunstâncias deverão manter-se no futuro, restringindo cada vez mais a autonomia dos Estados, a menos que as propostas das autoridades fazendárias encontrem ressonância junto ao Governo Federal. Essas propostas são no sentido de que as Unidades da Federação tenham suas capacidades de arrecadação tributária potencializadas.

COMÉRCIO EXTERNO

O desempenho das exportações brasileiras no segundo semestre de 1978, comparado com igual período no ano de 1977, apresentou um crescimento da ordem de aproximadamente 14%. No entanto tal variação foi neutralizada pelo mau desempenho havido no primeiro semestre, que acabou por levar a taxa das exportações do País, no ano de 1978, a situar-se em torno dos 4,20%.

Essa queda ocorreu devido à insatisfatória contribuição dos produtos agrícolas, pois as vendas de produtos industrializados apresentaram uma variação positiva da ordem de aproximadamente 31% durante o ano de 1978, sendo que a variação ocorrida apenas no segundo semestre de 1978, comparando-se com igual período em 1977 foi de 30% aproximadamente.

A pauta de importações manteve-se mais ou menos estável, tendo as mesmas alcançado a cifra de US\$ 13.639 milhões contra US\$ 11.998 milhões no ano de 1977, apresentando uma variação positiva da ordem de 13,7%, segundo a CACEX.

A política de minidesvalorização foi mantida pelas autoridades e, ao que tudo indica, espera-se que a mesma continue inalterada na próximo Governo. Em princípio, há um consenso em torno da manutenção dessa política, que tende a manter a paridade do cruzeiro em relação ao dólar mais ou menos constante, diferentemente do tempo em que se faziam abruptas desvalorizações da moeda, onde a mesma só era desvalorizada depois de longos períodos de

estabilidade. No entanto, apesar de a política de minidesvalorização ser aceita em termos gerais, o fato de a perda de paridade do cruzeiro em relação ao dólar não estar acompanhando a desvalorização real da moeda, tem gerado algum descontentamento nos meios exportadores. Essa supervalorização estaria em torno de 30%, de acordo com o cálculo de alguns economistas.

Uma política de maxidesvalorização, a fim de voltar ao equilíbrio na partida, porém, poderia trazer graves conseqüências na taxa de inflação, embora talvez fosse uma solução para acabar com os problemas enfrentados pelo Brasil junto ao GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) conforme referido anteriormente.

O desempenho das exportações gaúchas no segundo semestre de 1978 continuou sendo prejudicado pela seca que assolou a região no início do ano. Em conseqüência disso, os produtos básicos, até então o carro chefe das vendas gaúchas ao exterior, perderam um pouco de sua importancia na pauta, cedendo lugar a alguns produtos manufaturados, cujo crescimento comparando-se o segundo semestre de 1978 com o segundo de 1977, tiveram um acréscimo substancial.

Verifica-se que houve uma queda de 29,07% no valor real das exportações gaúchas no segundo semestre de 1978, quando comparado com igual período no ano de 1977.

Os principais produtos da pauta de exportações do Estado, no período compreendido entre julho e setembro de 1978, em ordem decrescente, foram: farelo de soja, óleo de soja, fumo ou tabaco, calçados, soja em grão, couros e peles, carne de gado vacum, conservas de carne, carnes não especificadas, celulose e arroz.

Tais produtos foram responsáveis por 93,57% do valor total exportado pelo Estado, demonstrando com isso quão alto é o grau de dependência do Rio Grande do Sul em relação a um número restrito de produtos, aspecto já devidamente analisado no trabalho relativo ao primeiro semestre de 1978.

Volume VII - Número 1 - Janeiro/Abril 1979

**VISÃO GLOBAL
DA ECONOMIA**

Em dois pontos centrais, o Governo tem concentrado esforços no intuito de contrariar as fortes tendências que se verificam e permanecem: a inflação e os desequilíbrios do Balanço de Pagamentos. Todavia, os comportamentos, tanto da perda de poder de compra do cruzeiro como das relações econômicas do Brasil com o resto do mundo, encontram suas determinantes mais fortes na própria estrutura da economia nacional e na dinâmica que lhe é peculiar, frente às quais os procedimentos institucionais só podem alcançar um sucesso relativo a curto ou a médio prazos.

O Governo em exercício estabeleceu, na explicitação de suas metas prioritárias, o combate à inflação e um maior desenvolvimento da agricultura. Tal procedimento guarda íntima relação com o recrudescimento inflacionário e com os desequilíbrios do Balanço de Pagamentos verificados no curso do ano anterior, cujas tendências permaneceram em 1979, porém numa intensidade que os procedimentos governamentais objetivam minorar.

Quanto às medidas antiinflacionárias, elas seguem, como anteriormente, uma trilha de operacionalização através do desaquecimento da economia.

**INFLAÇÃO E
CUSTO DE VIDA**

Analisando-se os resultados que variáveis econômicas com PIB e Índice Geral de Preços apresentaram nos últimos quatro anos, pode-se observar que, além de um crescimento irregular alternando altas e baixas taxas de expansão, ocorreram altos níveis inflacionários, entre 30% e 50%.

Isso pode ser explicado pelas características que um mercado altamente oligopolizado possui de manter suas taxas de lucro, mesmo com a diminuição das vendas, além de ocasionar um desvio de recursos da produção para o atrativo mercado de papéis, onerando os custos financeiros que, conseqüentemente, são repassados aos preços finais.

O grande descontrole no orçamento previsto para os

três primeiros meses do ano mais o recorde que o IGP da Fundação Getúlio Vargas apresentou no quadrimestre (18,09%) fizeram com que as autoridades econômicas se mobilizassem, no início de abril, para a formulação de um conjunto de medidas que pudessem reverter a perspectiva de um ano altamente inflacionário.

Um início do que seria o conjunto de medidas de 19 de abril foi o acordo governamental com a Associação Brasileira de Supermercados, determinando o congelamento dos preços dos produtos comercializados nesses estabelecimentos pelo prazo de 60 dias, a contar do dia 10 de abril.

Na área monetária, os primeiros indicadores de expansão dos meios de pagamento (item com forte conteúdo inflacionário) já permitem prever que as taxas acumuladas de inflação, nos próximos meses, dificilmente terão uma queda acentuada.

AGROPECUÁRIA

Muito embora exista perspectiva de mudança, o novo Governo, empossado a 15 de março, encontrou uma economia fortemente abalada nas suas bases. A agricultura nacional ainda se ressentia das cheias no sudeste e da estiagem no sul.

Como era de se esperar, as maiores atenções voltam-se para a safra da soja, responsável em 1977 pela geração de divisas no valor de 2,1 bilhões de dólares e de 1,5 bilhões no ano passado. As primeiras previsões, corrigidas em dezembro, falavam em 13,5 a 14 milhões de toneladas em 1979.

Em outras palavras, no curtíssimo prazo, a agricultura brasileira não vai poder construir muito para a redução da inflação. Por um lado, safras abundantes garantiriam, ao mesmo tempo, o abastecimento interno e manteriam os preços a níveis estáveis, o que, teoricamente, deveria frear a inflação.

Sendo assim, segundo o Ministro da Agricultura, a mesma não está cumprindo o seu papel e, no seu entender, quando isso ocorre, o desenvolvimento está

fadado a caminhar sobre grandes problemas: se a agricultura não ampliar a oferta de alimentos, o desenvolvimento se fará, necessariamente, sob tensões inflacionárias crescentes que terminarão por impedir o funcionamento do sistema econômico; se a agricultura não expandir sua oferta para exportações, o desenvolvimento encontrará rapidamente um teto, pois a ampliação de importações produzirá um déficit no balanço de pagamentos e o sistema entrará em colapso; se a agricultura não liberar mão-de-obra, ter-se-á um aumento rápido dos salários reais nos setores industrial e agrícola e o sistema também caminhará para o colapso.

A solução imediata consiste na expansão de área plantada, e o agricultor só vai fazer isso se significar maior rendimento e riscos menores.

Assim, o problema fundamental da agricultura brasileira, que é a estrutura da propriedade de terra, não será considerado, pelo menos a médio prazo.

INDÚSTRIA

Durante o ano de 1978, o combate à inflação, via contenção da demanda através dos mecanismos usuais de controle dos meios de pagamento, não só deixou de surtir efeito no que se refere à inflação, como também não levou a um desaquecimento da indústria, a qual alcançou uma taxa de crescimento de 7,5% em comparação com 2,08% em 1977. Paralelamente, o emprego industrial cresceu a uma taxa insignificante de 1,91%, podendo indicar ou o predomínio de indústrias que empregam tecnologia poupadora de mão-de-obra ou a existência de capacidade ociosa.

Após a década de cinquenta e, mais claramente, a partir de 1968, a maior parte dos esforços de acumulação que se basearam no tripé exportações, investimento externo, concentração do capital e da renda voltaram-se para a produção de bens de consumo duráveis. Foi essa combinação que, se por um lado levou a altas taxas de crescimento, colocando, como pólos dinâmicos da Indústria

de Transformação, gêneros ligados direta ou indiretamente ao setor bens de consumo duráveis (principalmente as indústrias Metalúrgica, Mecânica, de Material elétrico e de comunicações, Química e de Produtos de matéria plástica), por outro chegou a seu ponto de estrangulamento, representando exatamente pela inflação, pela dívida externa e pela evolução dos conflitos sociais. Desta forma, a primeira conclusão a que se pode chegar, sobre a Indústria de Transformação no ano de 1978, é que todas as medidas oficiais dos últimos anos foram no sentido de sanar as conseqüências do citado modelo, uma vez que, estruturalmente, não houve qualquer alteração.

O produto industrial do Rio Grande do Sul vinha sendo gerado, basicamente, pelos gêneros tradicionais. Na década de setenta, porém, cresceu a importância das indústrias dinâmicas e já em 1974, elas respondem por 51,78% do valor da produção e 41,17% do pessoal ocupado.

O gênero industrial responsável pelo maior montante de valor gerado é o de Produtos alimentares, do grupo tradicional. Especializado, de certa forma, na produção de bens intermediários, o Estado teve aumentado seu grau de reflexo à evolução da economia nacional, comandada pelos assim chamados setores de "ponta" do parque manufatureiro do centro hegemônico. É assim que se explica, fundamentalmente, a expansão dos gêneros dinâmicos no Rio Grande do Sul, cujos produtos servem de insumos para outras indústrias.

Se, por outro lado, a desconcentração industrial, via implantação dos pólos petroquímicos, carboquímico e metalúrgico do cobre, realmente ocorrer, deverão ser traduzidos novos investimentos para o Estado, criando empregos além de contribuir para a consolidação e diversificação da estrutura industrial gaúcha.

Deve-se ter em conta a necessidade de não usar técnicas muito poupadoras de mão-de-obra, para não descaracterizar a Indústria da Construção Civil como

importante instrumento de oferta de emprego. O ideal seria o uso gradativo de novas tecnologias, concomitantemente, com uma política educacional e de treinamento, que iria tornando a mão-de-obra mais qualificada e em condições de ser absorvida no próprio setor.

CONSTRUÇÃO CIVIL

O setor da construção civil depende, fundamentalmente, das obras públicas e do Sistema Financeiro da Habitação-SFH, uma vez que as empresas atuam com uma baixa proporção de capital próprio. Vale, por isso, uma apreciação dos orçamentos do Banco Nacional de Habitação-BNH e da Caixa Econômica Federal para o ano de 1979.

No primeiro trimestre de 1978, os salários médios dos operários da construção civil tiveram um reajuste médio de apenas 2,93%, enquanto que o Índice do Custo de Vida em Porto Alegre subiu 9,96%. No primeiro trimestre de 1979, houve um crescimento médio dos salários bem superior, da ordem de 6,19%, mas, em compensação, o referido índice teve uma variação de 15,14. Portanto o processo em curso continua o mesmo, ou seja, o poder de compra dos operários é cada vez menor.

GOVERNO

Essa determinação reafirma o caráter austero do programa de investimentos das empresas estatais para 1979, o qual consubstancia, segundo o ex-ministro João dos Reis Veloso, uma correção de apenas 35% e não um aumento real.

As medidas referidas acima, de modo geral, revelam a intenção governamental de impedir que, nos seus vários níveis, a busca da realização das obras prioritárias venha a elevar, inadequadamente, a parcela da demanda global de responsabilidade da esfera federal do Governo.

Na verdade, o crescimento da dívida pública é um dos elementos que tem comprometido o cumprimento do orçamento monetário.

Em síntese, o que se deseja expressar é que medidas

de contenção dos gastos com fins conjunturais são inviáveis a nível da Administração Direta do Estado, simplesmente por que essa, nos últimos anos, já vem exercitando uma constante "política de cinto apertado". Conter mais as despesas da esfera estadual do Governo provavelmente significaria o comprometimento das próprias funções econômico-sociais, as quais se entende que o Governo do Estado deve desenvolver.

Tal fato decorre, como já é do conhecimento de todos, da reforma tributária implantada a partir de 1967, a qual se constitui numa peça fundamental do centralismo administrativo existente no País, bem como de uma distribuição incongruente das receitas e atribuições entre as diferentes esferas do Setor Governo.

No Rio Grande do Sul, os fatos revelados por alguns dados são suficientemente eloqüentes para caracterizar o quadro que se vem perpetuando: a sua dívida total, na mudança de Governo, atingiu o patamar de Cr\$ 15 bilhões. Normalmente os recursos próprios para investimentos são quase nulos, sendo tais investimentos cobertos, em sua quase totalidade, pelos fundos de repasse ou pelas operações de crédito a longo prazo.

COMÉRCIO EXTERNO

O pacote de comércio externo, como está sendo chamado o conjunto de medidas adotado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), marcou o início de um processo de eliminação gradual dos subsídios à exportação, bem como uma abertura à entrada de produtos importados no País.

Pelo lado das importações, porém, uma maior desvalorização cambial tornará mais cara a aquisição de produtos essenciais isentos do depósito prévio - basicamente petróleo, trigo, máquinas financiadas e produtos provenientes da Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Surgirão, portanto, pressões inflacionárias, talvez não compensadas pela diminuição das taxas cobradas no caso de outras importações.

A retirada paulatina de subsídios às exportações e de entraves às importações, compensados pela aceleração das minidesvalorizações, vão permitir que se retirem dos parceiros comerciais do Brasil quaisquer desculpas para medidas protecionistas.

O desempenho das exportações brasileiras, entre janeiro e abril de 1979, não foi suficiente para cobrir o total importado pelo País no mesmo período, deixando, até março, um saldo negativo na balança comercial, que atingiu a cifra de 294 milhões de dólares.

As previsões sobre o desempenho da balança comercial do Brasil para 1979 já não se mostram tão otimistas como antes, pois, além da seca verificada no sul do País ter promovido a quebra de grande parte da produção de produtos exportáveis, a queda na oferta de produtos alimentícios para o consumo interno levará a um aumento na importação dos mesmos. Também o problema do petróleo surge como um dado a influir negativamente (embora seja difícil avaliar até que ponto) nas previsões de exportação de produtos manufaturados.

O primeiro quadrimestre de 1979 caracterizou-se pelo fraco desempenho das exportações gaúchas, que sofreram os efeitos da seca que se abateu sobre o Estado pelo segundo ano consecutivo.

Volume VII - Número 2 - Janeiro/Abril 1979

INFLAÇÃO E CUSTO DE VIDA

Quando terminou o primeiro quadrimestre do ano, a taxa de inflação acumulada era de 18,09%, uma variação bastante alta e superior aos 13,35% observados em igual período do ano passado.

Detectada a tendência extremamente altista dos preços em abril (configurada especialmente pela taxa de 5,80% ocorrida em março), o Governo, no sentido de ganhar tempo para formular medidas mais amplas, determinou, de acordo com a Associação Brasileira de Supermercados, o congelamento de vários produtos comercializados por esses estabelecimentos.

Para corrigir otimismo exagerado, a inflação de junho volta novamente a um patamar superior aos 3%. A taxa verificada nesse mês (3,44%), embora ainda se constituindo na segunda mais baixa do primeiro semestre, recolocou o nível de preços de volta à realidade, já que no dia 10 de junho terminava o congelamento dos preços ocorridos em abril. Durante esse mês, houve ainda aumentos significativos em vários produtos controlados pela lista CIP-SUNAB (soja, milho, leite, açúcar e outros), além de novo reajuste nos derivados de petróleo. A par disso, com as geadas ocorridas na região Centro-Sul, o item Alimentação (40% do Índice do Custo de Vida) viu-se fortemente pressionado pelo aumento dos produtos hortigranjeiros.

A elevação dos preços dos derivados traz sempre, em cadeia, uma série de outros aumentos na economia, fazendo antever, para os demais meses desse segundo semestre, fortes pressões sobre o Índice Geral de Preços, impossíveis de serem amenizadas pelas medidas consubstanciadas nos "pacotes" até agora lançados, tais como controle de crédito e de cortes nos gastos governamentais.

A política do gradualismo, em última análise, baseia-se na manutenção de níveis inflacionários crônicos, mas sob controle, como forma de promover o crescimento econômico. Implicitamente, pode-se verificar que o crescimento da economia, dentro dessa estratégia, relaciona-se com o resultado das variações nos preços e vice-versa.

É nesse conjunto de idéias, que o Governo deve basear-se para o contínuo interesse, desde o começo do ano, em promover a desaceleração no ritmo da atividade econômica como medida indispensável na política de combate à inflação.

Mais do que uma simples intenção, o desaquecimento da economia vem sendo buscado, na prática, pelo desestímulo à produção de alguns setores e por restrições aos investimentos, notadamente os públicos.

AGROPECUÁRIA

As medidas tomadas pelo Governo para dinamizar o setor agrícola têm o objetivo de melhorar o perfil da distribuição de renda e permitir que a aceleração de agricultura compense o desaquécimento da economia urbana, evitando-se a recessão econômica ao mesmo tempo em que os países controla a inflação e reequilibra seu balanço de pagamentos.

Conclui-se, pelo exposto, que o primeiro semestre de 1979 não só teve problemas como comprometeu o abastecimento interno de todo o ano, levando o referido abastecimento a ser garantido através de importações, que oneram a população e que posicionam o item alimentação como um dos fatores determinantes do processo inflacionário.

Volta-se, novamente, às conclusões de análises passadas. Excesso de produção de um lado, e necessidade de importar, de outro, mostram que o setor agrícola brasileiro está precisando de uma estratégia de desenvolvimento que incentive a produção interna de alimentos e reduza o desperdício de recursos.

O desempenho da agricultura do Estado ficou altamente prejudicado devido à estiagem ocorrida no início do ano. As duas safras de verão mais importantes, o arroz e a soja, tiveram, em dados de final de colheita, sua má atuação confirmada.

INDÚSTRIA

O início do ano de 1979 foi marcado pelas propostas do novo Governo à economia nacional no sentido de conter a inflação e a dívida externa. Em linhas gerais, essas consistem em dar prioridade à agricultura e, em relação especificamente à indústria, estimular a produção de "bens de consumo popular", desconcentrar regionalmente a indústria e controlar os preços de alguns produtos do setor bens duráveis de consumo.

Uma vez que as intenções oficiais são de desaquecer, mais especificamente, alguns segmentos, principalmente os vinculados ao setor bens duráveis de consumo, e

estimular outros, como os vinculados ao consumo popular, é preciso observar a Indústria de Transformação segundo sua divisão em categorias de uso e gênero.

Quanto a bens de capital, apesar das altas taxas de crescimento alcançadas entre janeiro e maio de 1979 em relação a igual período de 1978, as informações indicam que esse desempenho não será mantido nos próximos meses. Esse setor, que a partir de 1974 tem ampliado sua capacidade instalada no sentido de substituir as importações e assim minorar a dívida externa, há oito meses vem sofrendo reduções de suas encomendas.

Tomando-se a divisão em gêneros tradicionais e dinâmicos, pode-se confirmar que a situação não se alterou substancialmente em relação aos últimos anos, ou seja, as taxas de crescimento acima da média continuam localizadas no grupo dinâmico (Matéria Plástica, Mecânica, Material elétrico e de comunicação, Metalúrgica, Química e Perfumarias, sabões e velas) e duas no tradicional (Bebidas e Vestuário, calçados e artefatos de tecidos).

O que se pode concluir dessas informações é que há segmentos em produção acelerada e outros não. Entre os que mais cresceram estão alguns cuja aceleração compromete a inflação e pressiona a balança comercial pela importação de matérias-primas, cujo exemplo típico é a indústria automobilística.

Entre os que menos cresceram, como é o caso de Produtos alimentares, a maioria dos produtos está vinculada ao consumo popular, defrontando-se com uma demanda restrita devida, principalmente, ao baixo poder aquisitivo da população e à insuficiente geração de emprego industrial.

CONSTRUÇÃO CIVIL

O modesto desempenho da Indústria da Construção Civil pode ser visualizado pelo índice de absorção de mão-de-obra, cujas informações refere-se a uma pesquisa em torno de 30% do pessoal ocupado no setor, na Grande Porto Alegre.

Mesmo com o setor crescendo moderadamente em todo o Estado, a absorção de mão-de-obra está diminuindo na Grande Porto Alegre. Para uma análise mais adequada da situação, seria necessário um índice de emprego para todo o Rio Grande do Sul, e não somente para uma região, ainda que seja muito significativa no total de emprego gerado.

Embora a oferta de emprego na Indústria da Construção Civil do Estado estivesse, nos primeiros meses de 1979, bem abaixo dos níveis de 1978, os salários médios nominais tiveram acréscimos bastante mais significativos no corrente ano.

O custo da construção cresceu, nesse primeiro semestre de 1979, de forma bastante significativa, sendo que sua taxa de variação foi praticamente o dobro da verificada em igual período de 1978, visto os custos terem aumentado em 21,5%. Como o Índice de Correção Monetária (ORTN) cresceu nesse semestre 18,56%, houve uma perda para as empresas, que tiveram os reajustes dos preços das obras subestimados.

As perspectivas a curto prazo não são muito alentadoras, uma vez que o problema maior do BNH, que são os recursos financeiros, ainda não foi solucionado, ficando para o próximo ano as esperanças de um orçamento maior para o Sistema Financeiro da Habitação com o comprometimento de parte do orçamento da União com o setor habitacional.

GOVERNO

No primeiro semestre do corrente ano, em duas ocasiões, o Governo Federal baixou determinações no sentido de restringir seus gastos. No Brasil, durante os últimos anos, a dívida pública interna aumentou aceleradamente, objetivando a "enxugar" os meios de pagamento, os quais sofreram exagerada expansão em vista dos grandes volumes de empréstimos estrangeiros contratados pelo Brasil e que foram convertidos em cruzeiros, entretanto em circulação. Nesse sentido, foi

constatado que a Conta de Capital do Brasil, em cada ano a partir de 1974, foi sempre um dos principais responsáveis pelo crescimento da base monetária, injetando moeda na economia em volumes equivalentes, no mínimo, a 100% do tamanho da base do ano anterior. Em 1976, essa medida chegou a 173%. Tal movimento de divisas não teve sobre os meios de pagamento conseqüências líquidas, porque foi compensado, em parte, por outros mecanismos que retiraram moeda de circulação, como é o caso dos déficits das contas correntes. Mesmo assim, o endividamento externo dos últimos anos contribuiu, significativamente, para um excesso de liquidez da economia, levando as autoridades a expandir a venda dos títulos governamentais no intuito de combater a inflação. Em termos nominais, o montante da dívida pública interna passou a Cr\$ 47,7 bilhões em dezembro de 1974 para Cr\$ 357,5 bilhões em dezembro de 1978, equivalendo a um crescimento real da ordem de 88%.

Segundo Gouveia de Bulhões, é criticável o fato de que, nos últimos anos, tenham-se verificado dificuldades para realizar resgates líquidos da dívida num mecanismo em que novos títulos foram vendidos para pagar os antigos. Entende-se que a crítica é pertinente à medida que nessas circunstâncias as decisões de compra e venda de títulos governamentais passam a ser comandadas pelos débitos que devem ser honrados a cada prazo e não mais pelas metas do orçamento monetário. Quando ocorre tal tipo de desordenação, a dívida perde a capacidade para exercer uma das suas funções primordiais, qual seja a de controlar o grau de liquidez da economia.

COMÉRCIO EXTERNO

O início do ano de 1979 foi marcado pelas propostas do novo Governo à economia nacional no sentido de conter a inflação e a dívida externa. Em linhas gerais, essas consistem em dar prioridade à agricultura e, em relação especificamente à indústria, estimular a produção de "bens de consumo popular", desconcentrar regionalmente a

indústria e controlar os preços de alguns produtos do setor bens duráveis de consumo.

Uma vez que as intenções oficiais são de desaquecer, mais especificamente, alguns segmentos, principalmente os vinculados ao setor bens duráveis de consumo, e estimular outros, como os vinculados ao consumo popular, é preciso observar a Indústria de Transformação segundo sua divisão em categorias de uso e gênero.

Quanto a bens de capital, apesar das altas taxas de crescimento alcançadas entre janeiro e maio de 1979 em relação a igual período de 1978, as informações indicam que esse desempenho não será mantido nos próximos meses. Esse setor, que a partir de 1974 tem ampliado sua capacidade instalada no sentido de substituir as importações e assim minorar a dívida externa, há oito meses vem sofrendo reduções de suas encomendas.

Tomando-se a divisão em gêneros tradicionais e dinâmicos, pode-se confirmar que a situação não se alterou substancialmente em relação aos últimos anos, ou seja, as taxas de crescimento acima da média continuam localizadas no grupo dinâmico (Matéria Plástica, Mecânica, Material elétrico e de comunicação, Metalúrgica, Química e Perfumarias, sabões e velas) e duas no tradicional (Bebidas e vestuário, calçados e artefatos de tecidos).

O que se pode concluir dessas informações é que há segmentos em produção acelerada e outros não. Entre os que mais cresceram estão alguns cuja aceleração compromete a inflação e pressiona a balança comercial pela importação de matérias-primas, cujo exemplo típico é a indústria automobilística.

Entre os que menos cresceram, como é o caso de Produtos alimentares, a maioria dos produtos está vinculada ao consumo popular, defrontando-se com uma demanda restrita devida, principalmente, ao baixo poder aquisitivo da população e à insuficiente geração de emprego industrial.

As exportações como um todo tiveram um acréscimo

de 18,4% de janeiro a maio de 1979 em relação a igual período em 1978, as importações sofreram um acréscimo maior nesse mesmo período, levando a um déficit de US\$ 591 milhões nos primeiros cinco meses deste ano, representando um acréscimo de 63,71% em relação ao déficit de janeiro a maio de 1978.

Fôntes do Governo já admitiam que os gastos com a importância de petróleo podem chegar a US\$ 7 bilhões. Isso corresponde à metade do global das importações brasileiras no ano passado, sendo que a participação do petróleo nas importações, que era da ordem de 30% em 1978, deverá sofrer um aumento expressivo.

Diante das dificuldades de colocação de produtos brasileiros nos países desenvolvidos, o Governo tem estimulado a diversificação de mercados, voltando-se principalmente para as áreas menos desenvolvidas, como a América Latina e a África. Tal política foi desenvolvida mais intensamente a partir de 1974, quando a crise do petróleo praticamente fechou os mercados europeus e norte-americanos às exportações brasileiras.

COMÉRCIO INTERNO

A importância do papel desempenhado pela atividade comercial no contexto da economia não tem sido devidamente analisada no Brasil. Os próprios planos ou programas governamentais deixam de formular uma política específica para o setor, conseqüência, talvez, do fato de muitas vezes se considerar a comercialização como um elemento automaticamente ajustável às variações ocorridas nos demais segmentos do sistema econômico.

No primeiro semestre de 1979, foram várias as medidas adotadas com vistas a restringir direta ou indiretamente a atividade comercial, especialmente por ocasião do recrudescimento da inflação nos primeiros meses do ano. Nesse aspecto, mais uma vez foram alteradas condições do crédito direto ao consumidor e efetuados alguns ajustes no setor de abastecimento.

Já no início do ano, foram adotadas algumas restrições

nas operações de financiamento relativas à aquisição de automóveis novos, de fabricação nacional. Por um lado, ocorreu a redução de 24 para 18 meses do prazo máximo de financiamento desses veículos.

Para analisar o ritmo de crescimento do comércio interno do Rio Grande do Sul, no primeiro semestre de 1979, optou-se por utilizar, inicialmente, a arrecadação do ICM especificamente na atividade comercial. Em termos reais, esse indicador apresentou uma queda de -2,49% entre os seis primeiros meses de 1978 e 1979. Essa redução foi ocasionada a nível do comércio atacadista que, apesar de contribuir com apenas um terço do total arrecadado, apresentou uma taxa de crescimento negativa não compensada pelas atividades varejistas.

A má performance do comércio atacadista deveu-se, em grande parte, à quebra das principais safras agrícolas e à quase inexistência de estoques para serem negociados. Numa economia como a gaúcha em que o Setor Primário é direta e indiretamente responsável por ampla parcela da geração de renda, o desempenho das safras agrícolas assume importância fundamental. O comércio atacadista em primeiro lugar e o varejista logo após sentem imediatamente os reflexos de uma boa ou má safra em virtude do montante de dinheiro que é injetado na economia.

INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

O elo de ligação entre os constantes déficits de transações correntes e as taxas de juros internas encontra-se na forma adotada pelas autoridades governamentais para financiar tais déficits. A curto e médio prazos, não havia outra solução para o problema do balanço de pagamentos que não fosse a obtenção de divisas mediante a captação de empréstimos externos.

Para manter o preço do dinheiro em níveis elevados, bastou que as autoridades monetárias atuassem no "open market" de modo a induzir a elevação das taxas de juros dos títulos oficiais. Assim, os custos de financiamento das ORTNs e LTNs assumiriam o papel de "prime rate" (taxa

preferencial de juros), determinando as demais taxas de juros. Em resumo, a atuação das autoridades monetárias visou a manter altas as taxas de financiamento das LTNs e ORTNs e, conseqüentemente, do restante do mercado financeiro interno, objetivando, com isto, o aumento da contratação de empréstimos externos.

O aumento do volume de títulos de emissão oficial em poder do público, como uma forma de diminuir o excesso de liquidez da economia, teve como contrapartida imediata o crescimento da dívida pública. À medida que cresciam as reservas externas, cresciam também o endividamento das autoridades governamentais. Os juros e a correção monetária decorrentes do processo têm sido liquidados através de novas emissões de títulos que, por sua vez, aumentam os encargos a serem honrados. É com base no exposto acima que são formuladas hipóteses como a de ser a política monetária uma variável endógena do sistema econômico, isto é, de ser a mesma a causa e o efeito dos mais diversos movimentos, de pressões e contra pressões que se verificam no seio da economia.

É dentro desse quadro, de crescente pressão das autoridades monetárias sobre o mercado de operações abertas, que surge uma das distorções ocasionadas pelo "open market": a transformação dos títulos da dívida pública em meios de pagamento.

Volume VII - Número 3 - Julho/Octubre 1979

VISÃO GLOBAL DA ECONOMIA

Quanto às suas causas, o processo inflacionário, que vem desenvolvendo-se desde 1974, tem componentes explicativos que se destacam por serem endógenos à economia nacional e por apresentarem caráter de maior permanência. Tais componentes derivam-se de circunstâncias verificáveis tanto a nível da indústria nacional como do seu sistema financeiro, as quais, inevitavelmente, têm conseqüências sobre toda a economia.

As características dos títulos da dívida pública tais como a ausência de risco, a remuneração e a elevada liquidez, acrescidas ao volume de suas emissões, lhes têm permitido exercer o papel de regulador da taxa de rentabilidade das aplicações financeiras em geral. Esse fato, ao final, terá conseqüências sobre os preços, porque, na ânsia de enxugar recursos monetários, sua remuneração é acrescida, arrastando consigo a taxa de juros do mercado, onerando o custo das empresas tomadoras de empréstimos e, conseqüentemente, impulsionando a inflação. Essa mecânica possui componentes realimentadores, pois, em um momento seguinte, as aplicações financeiras que se realizam, como procedimento assegurador de rentabilidade, tomam como base de cálculo uma taxa de inflação futura maior do que a presente.

O próprio processo inflacionário, constantemente realimentado, cria a necessidade de expansão da moeda disponível na economia. As pressões neste sentido partirão não apenas das pequenas e médias empresas com problemas de liquidez, mas do próprio sistema financeiro que se beneficia com a situação. Neste jogo, pagam aqueles que, face à instabilidade dos preços, não podem assegurar seus níveis de renda, ou seja, os assalariados, as empresas não monopolistas e as de utilidade pública sempre que lhes são impostas tarifas defasadas do movimento geral dos preços. Ganham, como já foi dito, os segmentos monopolistas com superávit de caixa e as entidades financeiras.

O III Plano Nacional de Desenvolvimento, recentemente publicado, denota claramente as atuais diretrizes governamentais para a economia nacional. Nesse documento, é feita referência à relação inversa que se tem verificado entre taxas de crescimento e de inflação. Estas são maiores nos períodos em que se retrai o ritmo de crescimento do produto. Assim ocorreu entre 1961 a 1965, assim tem ocorrido desde 1974.

A queda da taxa de juros e a abertura de novas oportunidades de investimentos serão o estímulo decisivo para que muitos recursos abandonem os gastos especulativos, passando a alocar-se na produção real de riqueza. A maior utilização da capacidade instalada trará uma redução dos custos industriais com conseqüências sobre os preços.

INFLAÇÃO E CUSTO DE VIDA

O ano de 1979 vem caracterizando-se por apresentar as mais altas taxas inflacionárias dos últimos 15 anos. O Índice Geral de Preços - IGP em seu conceito Disponibilidade Interna - DI, que pretende medir o nível geral dos preços da economia, apresentou no período julho-setembro de 1979 uma elevação de 19%, enquanto que em igual período de 1978 essa variação foi de 8,3%.

No período janeiro-setembro de 1979, o IGP teve um crescimento de 48,7% contra 31,3% em idêntico período de 1978, levando o índice a uma taxa acumulada de 59,5% nos últimos doze meses. Tal fato leva a crer nas previsões da Fundação Getúlio Vargas que estimam para este ano uma variação acumulada em torno de 65% a 70%. Até mesmo porque o próprio Ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter já admitiu que o Governo desistiu formalmente de tentar conter o processo inflacionário ainda em 1979.

Um exame do comportamento do IPA—DI mostra que é o preço da alimentação que vem elevando tanto esse índice.

AGROPECUÁRIA

A boa safra prevista para 1979/80 não deverá suplantá-la de 1977/78 e, se o fizer, será apenas modestamente, se todos os fatores, principalmente climáticos, estiverem a favor. Sendo assim, nunca as perspectivas econômicas estiveram tão diretamente ligadas ao resultado das safras do ano agrícola iniciado em julho de 1979. Embora se saiba que sobre a atividade agrícola impera "o imponderável das condições climáticas", é possível analisar alguns fatores que também condicionam a

decisão dos agricultores. O primeiro desses fatores é a disponibilidade de crédito para custeio. Os preços mínimos representam outro instrumento de política agrícola, normalmente utilizado para estimular o plantio por parte dos agricultores.

De modo geral, as condições de crédito e preços mínimos para a próxima safra estão talhadas a motivar favoravelmente os agricultores. Afirmar-se, usualmente, ser a economia gaúcha recuperável rapidamente sempre que ocorrer uma boa safra de grãos, aliada à razoável safra de carne. Porém tais condições não ocorrem há pelo menos dois anos. A safra de grãos tem sido frustrada pelo clima e a de carnes apresenta-se estruturalmente em crise. No período ora em análise, pode-se afirmar que mais uma vez as condições climáticas transformaram o sonho de uma safra recorde de trigo num pesadelo.

INDÚSTRIA

O fracasso do combate à inflação, os desequilíbrios das contas externas e os resultados da indústria que embora apresentassem expansão em relação ao ano passado, mês a mês, mostravam tendências de queda, levaram a uma certa reformulação desses objetivos em relação à indústria, revelada no III PND.

Partindo-se da comparação do período janeiro-agosto, com igual período do ano anterior, pode-se concluir que a Indústria de Transformação, como um todo, continua crescendo, embora a um ritmo decrescente. No primeiro mês do ano, alcançou uma taxa de 15,69%, chegando ao período janeiro-agosto com 8,08% de crescimento.

Na verdade, o que se verifica desde 1974 é que a Indústria de Transformação entrou numa fase recessiva, comprovada não somente pelo ritmo do crescimento da produção, mas pelo aumento da capacidade ociosa, conseqüência de uma queda do investimento líquido.

Tomando-se a divisão em gêneros tradicionais e dinâmicos, pode-se confirmar dois aspectos, os quais foram também observados nos períodos anteriores: a) todos os

gêneros cresceram a taxas decrescentes; b) estruturalmente a situação não se alterou em relação aos períodos anteriores, ou seja, as taxas de crescimento, acima da média, localizaram-se principalmente nos gêneros dinâmicos.

A indústria gaúcha, além da já conhecida função de transformadora de insumos agropecuários, apresenta nítida tendência no sentido de especializar-se na produção de bens de consumo intermediário para os chamados setores de "ponta" do parque manufatureiro hegemônico do País, criando assim uma estreita dependência deste. Insere-se, nesse contexto, a discussão em torno da implantação dos Pólos, atualmente considerada como questão prioritária da economia do Estado. Aparentemente, esse processo tenderá a agravar ainda mais essa tendência à especialização do Rio Grande do Sul em bens de consumo intermediário.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Desde março último, quando da troca do governo e conseqüente revisão de metas, o Sistema Financeiro da Habitação-SFH começou a passar por uma série de ajustes e modificações para atender às novas diretrizes traçadas para o setor habitacional. Várias foram as modificações por que passou o sistema, e referem-se, principalmente, à redução nos juros cobrados pelo SFH, ampliação nos prazos de financiamento, mudança no sistema de amortização e agilização de programas já existentes.

Mesmo em um período em que foi anunciada absoluta prioridade para as classes mais carentes, o BNH vem atuando de forma a favorecer com maior percentual de seus financiamentos às classes privilegiadas. Isso pode-se ver no exame das aplicações do BNH no primeiro semestre de 1979. Quase 60% dos financiamentos dirigiram-se para as classes de renda mais alta, e apenas 20% para as famílias cuja renda vai até cinco salários mínimos.

O período julho-outubro de 1979, que será objeto desta análise, segundo dados da 12a. Sondagem da construção

civil realizada pela Fundação Getúlio Vargas, iniciou com mais de 60% das empresas da construção civil do Rio Grande do Sul atuando com uma capacidade de produção que variava de 50% a 80%, mas com perspectivas de aumento no nível de atividade da empresa, bem como da indústria em todo o Estado.

Mesmo com perspectivas otimistas, os empresários gaúchos, na época, previam dificuldades na realização das atividades, causadas, principalmente, pela insuficiência de recursos financeiros, com o que os empresários de outros estados da federação concordaram, acrescentando ainda como empecilho a retração dos investimentos públicos.

Como a Indústria da Construção Civil, em todo o País, depende fundamentalmente das obras públicas e do Sistema Financeiro da Habitação, um orçamento mais adequado do SFH e a criação do Fundo Nacional de Habitação devem levar a uma relativa aceleração do setor. Esse fato encontra sustentação no III Plano Nacional de Desenvolvimento que propõe investimentos maciços nos setores sociais, sobretudo nas áreas de saneamento urbano e habitação popular.

A par de tudo isso deve-se atentar para o fato de ainda estar havendo uma maior concentração de recursos na construção para as classes médias e alta, cujo mercado é bastante restrito. Para tanto devem ser criadas condições para que a grande maioria da população, que percebe menos de três salários mínimos por mês, possa ter acesso ao mercado imobiliário, e para que isso aconteça é necessário que essa parcela da população obtenha ganhos reais de renda, a fim de que o déficit habitacional brasileiro se possa transformar em demanda habitacional.

GOVERNO

Foram substituídas as teses que apontavam o "desaquecimento" como a melhor forma de se combater a inflação e os desequilíbrios do balanço de pagamentos por uma política que, visando aos mesmos objetivos finais, pretende ser eficiente através de incentivos ao crescimento

do produto. Esse fato deve ser suficiente como indicativo das alterações que deverão ocorrer na política econômica federal.

Se no período imediatamente anterior, quando a estratégia proposta para a superação dos impasses econômicos atuais era a via do "desaquecimento", os altos juros desestimuladores dos novos investimentos encontravam uma questionável justificativa lógica, atualmente isso já não é aceito. Hoje, a coerência aponta para a necessária diminuição dos juros. Por outro lado, para reduzir o preço do dinheiro, mais do que os dispositivos legais específicos, serão eficientes as determinações que "desmontem" os mecanismos que o elevaram. Tudo leva a crer que as novas deliberações do Governo Federal acerca da dívida pública venham a ocorrer nesse sentido. A respeito, sabe-se que a intenção é de evitar que a dívida cresça mais do que a correção monetária.

Neutralizar o crescimento da Dívida Interna significa um passo na direção dos juros mais baixos, do incentivo à produção e do combate à inflação. O sucesso das medidas dependerá de fatores mais gerais.

COMÉRCIO EXTERNO

O crescente déficit da balança comercial brasileira e a conseqüente necessidade de aumentar cada vez mais as exportações com vistas a carrear divisas para pagar as importações do petróleo, fertilizantes, trigo, bens de capital e ainda mais a amortização do principal e do serviço da dívida externa, estimada em US\$ 50 bilhões até o final do ano, levou o Governo a tomar algumas decisões relativas à orientação da política de comércio externo, durante o quadrimestre julho-outubro de 1979. Essas decisões visam, basicamente, à promoção e agilização do comércio exterior brasileiro, com vistas a viabilizar a meta de fazer crescer as exportações em, no mínimo, 18% ao ano e limitar o crescimento das importações ao máximo de 12% ao ano. Assim, a evolução das exportações brasileiras dependerá

da expansão da demanda dos países industrializados, da evolução dos preços do petróleo e dos gastos dos países produtores de óleo, além de acordos que venham a ser negociados no âmbito do GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio.

No período janeiro-agosto de 1979, as exportações brasileiras apresentaram um crescimento de 20,8% em relação a igual período de 1978, portanto, acima do limite mínimo estabelecido pelo CONCEX. Esse comportamento favorável das exportações, nos primeiros oito meses de 1979 em comparação com o mesmo período em 1978, é devido, principalmente, ao desempenho de produtos industrializados que, além de apresentar um crescimento de 32,7% em volume exportado, vem obtendo melhoras gradativas nos seus preços médios.

COMÉRCIO INTERNO

O crescimento efetivo do mercado interno brasileiro e, principalmente, do mercado de produtos de uso popular depende menos de mudanças na fórmula de reajuste salarial do que da absorção da população que se encontra à margem do sistema econômico.

No primeiro semestre, conforme foi salientado em análise anterior, foi adotado um elenco de medidas que visava a estabelecer controles sobre o abastecimento e o comércio, com o objetivo de obter quedas nas taxas de juros e redução no ritmo inflacionário. Na mesma oportunidade ressaltou-se, também, o fato de não haver uma política definida para o setor, motivo pelo qual, em épocas de acelerado aumento de preços, haveria uma tendência de impor-lhe controles rígidos.

Há que se considerar, porém, que nova orientação foi dada à política econômica brasileira no início do segundo semestre, com a demissão do Ministro Simonsen e a posterior ascensão do Ministro Delfim Netto à pasta da Secretaria do Planejamento da Presidência da República. De uma política recessiva passou-se a uma de expansão, e tal fato refletiu-se em todos os setores da economia. Assim,

com relação ao crédito direto ao consumidor, a ampliação dos prazos automaticamente levará a um aumento no volume de negócios, fato que se tornou novamente desejável.

No Rio Grande do Sul, tal como a nível nacional, não existe estatísticas adequadas que permitam analisar devidamente o desempenho do comércio interno. Os indicadores que serão utilizados são a arrecadação setorial do ICM, o movimento do SPC e as vendas do comércio lojista em Porto Alegre. No período julho a setembro de 1979 comparado com igual período de 1978, a arrecadação do ICM no comércio estadual sofreu um decréscimo de 5,89%, tendo sido o comércio atacadista o principal responsável por essa taxa de crescimento negativa.

INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

As simples leitura do III Plano Nacional de Desenvolvimento - III PND, elaborado após a saída de Simonsen do Planejamento, mostra a profunda mudança de orientação no que diz respeito à política econômica. O plano não só prega a necessidade de que se conjuguem esforços no sentido de fazer crescer rapidamente a economia, mas também adota o posicionamento de os elevados níveis de crescimento serem os mecanismos capazes de resolver os problemas crônicos da inflação e do balanço de pagamentos. Dentro desse contexto, o esforço das autoridades governamentais passou a objetivar menores taxas de juros e a adequação do volume de financiamento ao pretendido ritmo crescente da atividade econômica. As mais importantes medidas tomadas a esse respeito durante o período são as relativas à redução das taxas de juros no mercado livre, à tentativa de diminuição da velocidade de circulação no "open market" e às variações dos prazos mínimos de captação e máximos de aplicação dos bancos comerciais, dos bancos de investimentos e das financeiras.

Fala-se em aumento das exportações, substituição dos produtos derivados do petróleo e transformação da dívida

assumida por empresas estrangeiras em investimento direto, entretanto é perfeitamente compreensível que surjam dúvidas quanto à capacidade desses mecanismos em resolver os problemas do balanço de pagamento. Muito provavelmente, pelo menos nos próximos anos, a dívida brasileira no exterior continuará aumentando sendo que, para isso, serão necessárias condições que tornem competitivos os empréstimos externos. É bem possível que a solução desse problema dificulte a redução das taxas de juros, uma vez que, provavelmente, será necessário manterem altas as taxas internas de juros, como forma de estimular a contratação de empréstimos no exterior.

Volume VII - Número 4 - Outubro 1979 - Janeiro 1980

VISÃO GLOBAL DA ECONOMIA

No que diz respeito às economias brasileira e gaúcha o ano de 1979 não pode ser considerado bom. A nível nacional, a existência de uma significativa capacidade ociosa do setor industrial, assim como os reduzidos investimentos da área privada, impõem-se como expressões de uma crise, cujos efeitos são o exacerbamento do processo inflacionário, o impulso à especulação financeira e a parca absorção da mão-de-obra. Além disso, à medida que passa o tempo, parece aumentarem, cada vez mais, as dificuldades em diminuir os desequilíbrios da balança de pagamento.

Visando a superar tais dificuldades, as autoridades governamentais adotaram um conjunto bastante amplo de medidas que atingiu, sobremaneira, as áreas de política fiscal, monetária, cambial, comercial, agrícola e de endividamento externo. O sucesso do referido conjunto será alcançado à medida que for capaz de auxiliar a economia brasileira a reingressar em um novo período de ascensão econômica.

INFLAÇÃO E CUSTO DE VIDA

O IGP-DI teve uma excepcional evolução no segundo semestre de 1979, tendo chegado a 41,78%, com uma média mensal de 6%, o que representa mais do dobro do

ocorrido em idêntico período de 1978. Há que salientar, no entanto, que, durante todo o ano de 1979, houve uma altíssima evolução de preços, tendo-se encerrado o período com uma taxa de 77,21%, somente superada, nos últimos 30 anos, pelas ocorridas em 1963 e 1964, havendo uma aceleração no segundo semestre, em relação ao primeiro. Todos os itens do IGP evoluíram a taxas significativamente superiores a idêntico período de 1978.

Para os primeiros meses de 1980, nada faz prever uma reversão na tendência altista de preços, uma vez que já são certos aumentos em serviços como água, imposto predial, matrícula e mensalidade escolar. Quanto aos preços dos alimentos, esses serão determinados pelo desempenho da agricultura no próximo ano, e às possibilidades de exportação, espera-se um aumento substancial da oferta de produtos primários.

AGROPECUÁRIA

Dado o baixo desempenho dos anos recentes, a retomada de altos níveis de produção setorial passou a ser vinculada também ao combate à inflação. Desse forma, o tratamento dado à agricultura delinea-se como um dos primeiros passos realizados no sentido de administrar a crise econômica porque passa o País. Dessa forma, não é, em absoluto, surpreendente que o Governo tenha identificado o crescimento do produto agrícola como uma prioridade de primeira linha. As medidas propostas ao pacote de dezembro levaram o setor rural a um descontentamento, pois, além das alterações sofridas pelas taxas de juros, a maxidesvalorização do cruzeiro levou a um encarecimento dos insumos importados, visto estarem os mesmos já isentos do depósito prévio sobre importações. Além disso, o imposto sobre os produtos primários exportados veio diminuir a margem de lucro dos produtores, aumentando ainda mais o descontentamento dessa classe.

A agricultura brasileira teve resultados decepcionantes durante o ano de 1979, em vista das quebras de safras,

tanto de culturas de exportação como de produtos de consumo interno. Esses resultados foram, inclusive, responsáveis por dificuldades com que se deparou a economia brasileira no período, como o aumento no valor das importações de produtos primários, para atender à demanda interna ou conter o nível de preços; redução nas exportações e as fortes pressões inflacionárias ocasionadas também pela escassez de alguns produtos alimentares.

Considerando o ano de 1979 como um todo, conclui-se ter ele apresentado o pior desempenho agrícola do Rio Grande do Sul nos últimos anos. Tanto as culturas empresariais como as culturas coloniais apresentam taxas de crescimento negativas acentuadas e, em conseqüência, o produto agrícola também decresceu. Segundo informações divulgadas por esta Fundação, o produto agrícola sofreu um decréscimo de 14,7% em relação a 1978, o qual foi basicamente determinado pelo desempenho extremamente desfavorável da lavoura (-25,4).

INDÚSTRIA

Conforme já foi abordado em análises anteriores, esta desaceleração, que se tornou mais efetiva a partir da política de desaquecimento vigente na ocasião, assim como a inflação e a crescente dívida externa, a nível mais geral (o processo iniciado em 1974, quando a indústria entrou numa fase recessiva), explica também o aumento da capacidade ociosa e a queda do investimento líquido.

Partindo-se da comparação do período janeiro-dezembro, com igual período do ano anterior, pode-se confirmar que, durante o ano que passou, a Indústria de Transformação cresceu a um ritmo que se desacelerava, no mês de janeiro alcançou uma taxa de 15,69%, chegando ao período janeiro-dezembro com 7%.

Por outro lado, os índices de produção industrial do Rio Grande do Sul, fornecidos pelo IBGE, mostram que, no ano de 1979, embora a Indústria de Transformação tenha

crescido em relação a 1978, o fez a taxas decrescentes. No período janeiro-junho, alcançou uma taxa de 8,10%, chegando, ao final do ano, com 4,41%.

Dessa forma, apesar de os indicadores indiretos utilizados apontarem para uma performance razoável no semestre, as declarações de diversos líderes empresariais gaúchos são unânimes em afirmar que o ano de 1979 não foi favorável.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Predominou a situação estável nas atividades da Indústria da Construção no quarto trimestre do ano, após uma pequena expansão nos três meses imediatamente precedentes. Para os primeiros meses de 1980, a previsão é de estabilidade. No que diz respeito à utilização da capacidade instalada, observa-se que, em janeiro de 1980, empresas responsáveis por 67% do valor da produção da Indústria da Construção atuavam a um nível superior de 70%, o que representa um pequeno decréscimo em relação à taxa de ocupação de outubro do mesmo ano.

A nível de Rio Grande do Sul, a atividade da Indústria da Construção experimentou, no período de outubro a dezembro de 1979, uma retração tendendo à estabilidade, comportamento ocasionado, principalmente, pelo fraco desempenho do segmento Edificações-Contratante Privado. Em janeiro de 1980, a utilização máxima da capacidade instalada das empresas era baixa, devendo assim permanecer durante o primeiro trimestre de 1980, uma vez que os empresários prevêem, para o período, estabilidade no ritmo de atividades.

Pelo exposto anteriormente, pode-se ver que a Indústria da Construção Civil no Rio Grande do Sul teve, no segundo semestre de 1979, um comportamento com alguma tendência ao crescimento. Enquanto os problemas inflacionários não tiverem uma solução razoável não deixarão de ser prioridade absoluta, deixando outros em compasso de espera. Ademais, a disparada dos custos das

obras coloca o programa de habitação popular em situação difícil, pois, com preços cada vez mais altos, o acesso à habitação vai-se distanciando das famílias de baixo poder aquisitivo.

GOVERNO

No que diz respeito especialmente à dívida pública interna, ainda foi estabelecido que seu aumento não deve ser maior do que a correção monetária. Isto é, sua expansão deveria ser somente nominal. Tal deliberação permite que o Tesouro financie somente a parte do serviço que corresponde aos juros, ficando a correção monetária dos títulos ao encargo de seu próprio giro. Essa solução, ainda que parcial, caso executada como foi idealizada, terá importantes repercussões econômicas. Nesse sentido, deve ser lembrado que, no passado recente, a dívida interna se expandiu aceleradamente, contribuindo para a elevação dos juros, num mecanismo claramente inflacionário.

O exame das medidas tomadas a nível federal e que buscam refazer a capacidade financeira daquele segmento do setor governamental leva a crer que estão sendo formuladas as soluções para os seus problemas específicos. Entretanto, no que diz respeito ao setor governamental como um todo, verifica-se lentidão na efetivação das medidas cabíveis. Dessa forma, ao longo de 1979, o quadro institucional em que se determinam as dificuldades financeiras de estados e municípios permaneceu praticamente o mesmo.

Observando o período janeiro-novembro de 1979, percebe-se claramente as restrições que vem sofrendo a esfera governamental em questão na realização de investimentos e inversões financeiras. Esses itens apresentam, em comparação a igual período do ano anterior, taxas negativas de 24,05% e 78,81% respectivamente. Dessa forma, o Governo Estadual não apenas diminui seus investimentos, mas também aquelas inversões em instituições que objetivam atender às necessidades econômicas do Rio Grande do Sul.

Nos meses de janeiro a novembro de 1979, 71% das operações de crédito estiveram comprometidas com os serviços de dívida, enquanto, em 1978, o percentual foi de 61%. Esse é um indicador eloqüente da situação que atravessa as finanças públicas do Estado.

COMÉRCIO EXTERNO

O recrudescimento do processo inflacionário e os crescentes déficits na balança de pagamentos constituem-se, sem dúvida, nos dois grandes problemas de curto prazo do País. A sua intensificação no decorrer do ano de 1979, apesar dos esforços realizados com vista a sua solução, levou o Governo Federal a adotar, no mês de dezembro, um conjunto de medidas na área econômica. Tais medidas visam, pois, a atacar, simultaneamente, a inflação e o déficit da balança de pagamentos, dentro de uma política econômica coerente e sem caráter recessivo.

Do conjunto de medidas destaca-se um grande incentivo às exportações: a desvalorização cambial de 30%, a extinção de subsídios à exportação e a eliminação do depósito prévio nas importações.

A maxidesvalorização de 30% aplicada ao cruzeiro interrompeu o processo de minidesvalorizações iniciado em agosto de 1968, pelo então Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, quando presidia o Conselho Monetário Nacional-CMN. O reajuste, porém, não significou o abandono das minidesvalorizações e, já em janeiro ocorreu uma perda de valor do cruzeiro, novamente de acordo com esse sistema (3,0%). Essa acentuada desvalorização do cruzeiro objetivou alcançar o equilíbrio, senão o superávit da balança comercial brasileira e melhorar o perfil da dívida externa. É de extrema importância que as exportações brasileiras alcancem vinte bilhões de dólares em 1980, a fim de fazer frente aos crescentes gastos com a importação de petróleo, amortizações e juros da dívida externa.

Muito embora as exportações, como um todo, tivessem um acréscimo de 23,88% no segundo semestre de 1979, foram suplantadas pelas importações, que cresceram

41,60% no mesmo período, levando a um déficit comercial de, aproximadamente, US\$ 2 bilhões. É interessante observar que foi no segundo semestre que se intensificou o déficit da balança comercial, explicado em grande parte pelos maiores gastos com o petróleo, por um lado, e pelas importações adicionais de alimentos, pelo outro.

Em 1979, segundo estimativas realizadas pelo Banco Central, houve um déficit da balança de pagamentos, em conta corrente, de cerca de US\$ 10 bilhões. Um de seus componentes, o serviço da dívida externa — pagamentos de juros acrescidos de amortizações —, situou-se num patamar semelhante, tendo em vista o pagamento de US\$ 4,14 bilhões em juros e de 6,21 em amortizações.

O Rio Grande do Sul é, caracteristicamente, um estado exportador, sendo que o "grau de abertura" da sua economia se situa por volta de 35 a 40%.

A balança comercial gaúcha tem-se mostrado superavitária com relação ao resto do mundo, porém, deficitária em relação ao País. Essa situação tem acarretado problemas de envergadura para o Estado, uma vez que se reflete negativamente sobre as finanças estaduais. Isso porque, de acordo com o critério de tributação do ICM, o imposto reverte em benefício da região produtora e não da consumidora.

INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Como conseqüência deste gigantesco e caótico jogo financeiro, onde se entrelaçam os efeitos da fase crítica por que passa o processo brasileiro de acumulação de capital, as dificuldades da área externa e, em muitos casos, o interesse particular, tem-se o comprometimento das políticas monetárias, de gastos e cambial, resultando tudo isso no exacerbamento do processo inflacionário. Na área monetária, a descaracterização dos instrumentos reguladores da liquidez e mesmo a transformação prática dos títulos da dívida pública em meios de pagamento impediam qualquer controle da quantidade de dinheiro na economia. No que se refere aos gastos governamentais, o

aumento dos encargos da dívida interna e os custos cada vez maiores com os programas de subsídios creditícios em muito colaboraram para que o déficit governamental atingisse a casa dos 5% do PIB.

Em meio a esse quadro, o setor financeiro beneficiava-se com as elevadas taxas de juros e com o descontrole da oferta monetária. Como se vê, há um longo caminho a ser percorrido antes que a economia seja reintroduzida em um período de rápida expansão do produto.
